

**FERNANDO CASCAIS
HELENA BACELAR NICOLAU
JOSÉ ANTÓNIO VIDAL OLIVEIRA**

**SONDAGENS
E INQUÉRITOS
DE OPINIÃO
DIAGNÓSTICO
E SUGESTÕES
DE MEDIDAS
A ADOPTAR**

**SONDAGENS
E INQUÉRITOS
DE OPINIÃO**
DIAGNÓSTICO
E SUGESTÕES
DE MEDIDAS
A ADOPTAR

**FERNANDO CASCAIS
HELENA BACELAR NICOLAU
JOSÉ ANTÓNIO VIDAL OLIVEIRA**

Versão revista Outubro 2009

ÍNDICE

0. Conclusões e recomendações	05
1. Introdução	10
2. Sondagens em análise	12
3. Construção da base de dados.....	14
4. Audição de representantes de empresas de estudos de opinião	15
5. Análise de diagnóstico do foro estatístico das sondagens analisadas.....	17
5.1. Universos.....	17
5.2. Procedimentos de amostragem.....	17
5.3. Dimensão da amostra.....	19
5.4. Questionário.....	20
5.5. Técnica de recolha.....	24
5.6. Recolha e supervisão.....	25
5.6.1. Número de entrevistadores	25
5.6.2. Número de entrevistas por entrevistador por dia	26
5.6.3. Supervisão.....	27
5.7. Ponderação da amostra	28
5.8. Apresentação de resultados	28
5.8.1. Análise do desvio médio por partido ou candidato	28
5.8.2. Análise do desvio por partido	37
5.8.3. Análise multivariada – legislativas 05 e europeias 09.....	41
5.9. Ficha técnica	47
6. Análise de diagnóstico do foro interpretativo e comunicacional	48
7. Sugestões de eventuais alterações a efectuar na legislação, ficha técnica e apresentação de resultados.....	52
7.1. Legislação	52
7.2. Ficha técnica.....	53
7.3. Apresentação de resultados	67
7.4. Limitações informativas	67
8. Sugestões de monitorização dos dados publicados, adoptando critérios que permitam a comparabilidade entre os resultados apresentados pelas empresas.....	69
9. Anexo	71

0. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Da audição de representantes de empresas de estudos de opinião, da análise das Fichas técnica e publicação de trinta e oito sondagens publicadas na semana anterior às eleições europeias de 2009, regionais da Madeira de 2008, regionais dos Açores de 2007, autárquicas intercalares de Lisboa de 2007, presidenciais de 2006, autárquicas de Lisboa e Porto de 2005 e legislativas de 2005 e dos contributos recebidos de quatro empresas, extraíram-se as conclusões e recomendações¹ que a seguir se enumeram, sem prejuízo de maior aprofundamento ou de desenvolvimentos futuros de algumas.

O trabalho a que se refere o presente Relatório foi feito em circunstâncias especiais, dada a época do ano e o período político em que decorreu e o limitado prazo de execução. Não obstante estes condicionalismos, a Comissão considera altamente positiva a decisão da ERC em desencadear a discussão desta temática, de que este Relatório é um primeiro contributo.

I – Conclusões

- Os órgãos de comunicação social são importantes clientes/utilizadores de sondagens. O investimento, feito normalmente em parceria, rende um fluxo de informação significativo, em manchetes, notícias, comentários;
- A divulgação mediática do resultado das sondagens de opinião é uma questão muito sensível e continua a apresentar tendências positivas e negativas conhecidas. Por um lado, são parte integrante do cenário eleitoral e tornaram-se um elemento importante para a opinião pública e para a formação de opiniões individuais (independentemente do tipo de efeitos que possam gerar); por outro, transforma frequentemente observação em prognóstico e enquadra o processo eleitoral como uma competição;

1 No conteúdo do presente Relatório são consideradas as seguintes definições para os termos a seguir indicados:
Sondagem – Conjunto dos resultados apurados em campo e apresentados pelos institutos pelo seu valor bruto. Mede a intenção de voto expressa no momento da recolha.

Projeção – Conjunto dos resultados obtidos a partir da sondagem, por aplicação de métodos de distribuição de indecisos e/ou não respondentes ou outros. Não está associada à utilização de modelos preditivos. Trata-se de estimativas feitas pelos institutos, a partir das sondagens.

Precisão – Não se trata do conceito de precisão estatística, mas sim de exactidão, avaliada pelos desvios em módulo entre os valores apresentados pela projecção e os valores reais da eleição.

- As Fichas técnicas analisadas permitem concluir que o seu preenchimento feito por algumas empresas não está sistematizado e, nas mais antigas, está incompleto em alguns campos.
- Os universos nem sempre estão bem definidos quando se trata de entrevistas telefónicas; a quantificação exacta para o universo com telefone fixo no lar é secundária;
- Os procedimentos de amostragem adoptados, se cumpridos, não levantam objecções;
- Não existe correlação significativa entre a dimensão da amostra e a precisão das estimativas, o que poderá indiciar a existência de erros sistemáticos, inerentes à medida, que as empresas credenciadas devem tentar reduzir;
- Alguns questionários não contemplam perguntas para estimar a abstenção, o que poderá causar enviesamentos nos resultados estimados. As perguntas efectuadas não se revelaram tendenciosas ou manipuladoras de resposta;
- O número de entrevistas por entrevistador varia em função da empresa e da dimensão do questionário;
- No caso de amostras não probabilísticas, não existe menção de que o erro de amostragem é desconhecido; pelo contrário, pode dar-se a ideia de que o erro é o mesmo que o que se obteria com uma sondagem probabilística e ele tanto pode ser maior como menor;
- O desvio, em módulo, entre o valor estimado e o valor real da abstenção, nas sondagens cuja Ficha técnica menciona valores para a abstenção estimada (vinte e cinco das trinta e oito sondagens) é elevado; há que ter em conta que algumas empresas (Markttest e Intercampus), em algumas sondagens, não medem o valor da abstenção com uma pergunta específica.
- Nas sondagens, cujos dados da Ficha técnica permitiram o cálculo dos desvios em módulo entre os valores estimados através da projecção e os valores reais da eleição para os diferentes partidos (trinta e duas em trinta e oito), o desvio médio em módulo foi no conjunto de 2,3%;
Foi menor nas projecções
 - para as eleições legislativas de 2005, seguindo-se-lhes as projecções para as eleições presidenciais de 2006 e intercalares de Lisboa de 2007;
 - realizadas pela empresa Ipom, seguida de Universidade Católica e Aximage;
 - que utilizaram o procedimento de amostragem aleatória de selecção de freguesias tipo e último aniversariante, seguido pelos procedimentos de amostragem de selecção aleatória de indivíduo através de “master sample” e selecção aleatória de lar e último aniversariante;
 - que recorreram à entrevista pessoal;

Foi maior nas projecções

- para as eleições europeias de 2009;
- realizadas pela empresa Pitagórica, seguida da Intercampus;
- que utilizaram o procedimento de selecção “homem mais novo” – Pitagórica – e selecção aleatória de lar e quotas de indivíduo;
- que recorreram à entrevista telefónica;
- As transformações aplicadas pelas empresas, pela distribuição dos indecisos e não respondentes, como seria de esperar, aproximam de forma global os resultados das sondagens dos resultados das eleições, melhorando as projecções relativamente aos resultados brutos;
- Considerando todas as eleições em análise, com excepção das presidenciais de 2006,
 - os resultados das projecções para o PSD tenderam a ser subavaliados em todas as realizadas para as eleições autárquicas 2005 de Lisboa e ligeiramente sobreavaliados nas projecções para as eleições legislativas de 2005;
 - com excepção das eleições legislativas 2005 e das autárquicas 2005 no Porto, os resultados das projecções para o PS tenderam a ser sobreavaliados em todas as realizadas para as restantes eleições, sobretudo no que respeita às eleições europeias de 2009;
 - os resultados do CDS nas projecções europeias de 2009 foram subavaliados em todas elas;
 - os resultados das projecções para o PCP, embora ligeiramente subavaliados, estão sempre muito próximos da realidade para todas as eleições analisadas;
 - os resultados das projecções para o BE, embora muito ligeiramente sobreavaliados nas autárquicas de 2005 em Lisboa e Porto, estão sempre muito próximos da realidade, para todas as eleições analisadas;
 - para as projecções das eleições legislativas de 2005 e das europeias de 2009, identificadas como as mais distintas entre si, a análise conjunta dos desvios observados por partidos, confirma, ilustra e enquadra de forma global e precisa o padrão de desvios associado às projecções de cada um dos dois tipos de eleições;
 - para as eleições europeias 2009, as projecções analisadas, em termos de intervalo de confiança a 95% para o voto expresso nos diferentes partidos, revelam que todas (cinco) apontavam para o PSD um intervalo de votação que se verificou correcto, o mesmo não acontecendo com o PS e restantes partidos, mais vincadamente com o CDS.
- Algumas empresas credenciadas não apresentam com os dados depositados uma “interpretação técnica”, tal como o determina o ponto 3 do Artigo 4º da Lei 10/2000 de 21 de Junho; tal ajudaria a interpretação editorial.

II – Recomendações

- Deve ser mais regulamentado o “inquérito de opinião”, para evitar a possibilidade de publicação de dados relativos a eleições, por empresas não credenciadas;
- A revisão e actualização da legislação sobre sondagens e inquéritos de opinião devem atender, nomeadamente,
 - à redefinição dos “inquéritos de opinião”, diferenciando-os de formas de apelo à opinião individual favorecidas pelas novas tecnologias da comunicação, sobretudo nos domínios audiovisual e internet;
 - às condições a que deve obedecer a divulgação de sondagens e inquéritos de opinião exclusivamente através da internet;
 - à redução significativa da ficha técnica publicada nos Órgãos de Comunicação Social (OCS), em conjugação com a divulgação pelo regulador da ficha técnica depositada;
 - à mudança da responsabilidade do depósito da sondagem da empresa credenciada para o cliente/órgão de comunicação divulgador.
- A divulgação de dados de sondagens/projecções não publicadas ao fim de quinze dias ou de respostas a perguntas não publicadas a seguir à publicação poderá configurar a infracção a regras de deontologia a que estão obrigados as empresas e técnicos;
- A Ficha técnica que os OCS são obrigados a publicar deve ser mínima, só com elementos considerados nucleares;
- A proposta de alteração de Ficha técnica objecto de depósito tem em vista a sua monitorização futura;
- A Ficha técnica deve ser o mais reduzida e objectiva possível, estruturada de modo a facilitar a sua resposta de modo uniforme, para permitir uma fácil monitorização. Apresenta-se em 7.2 uma proposta de Ficha técnica a utilizar.
- Deve ser exigido o preenchimento correcto da Ficha técnica;
- No caso de estudos multiclientes, deve ser indicado o número total de perguntas do questionário e a ordem das perguntas relativas à sondagem;
- Não existe uniformidade de compreensão do conceito de “controlo de entrevistas”, pelo que se deve considerar “inspecção” ou “supervisão”.
- Os resultados das sondagens/projecções são indicados em valores percentuais com uma decimal (com excepção da Universidade Católica que os refere em números inteiros), o que dá uma ideia de rigor que a sondagem não possui. Aconselha-se

uma sensibilização das empresas, para que comecem a indicar os valores percentuais, sem decimal;

- A criação de um programa informático para acompanhar a evolução/tendência dos dados brutos das diferentes sondagens para o mesmo tipo de eleição, relacionando-os com as suas características, ajudará na monitorização da sua qualidade técnica;
- O rigor e a transparência da divulgação mediática das sondagens/projecções podem melhorar através de práticas e de iniciativas como:
 - proximidade e colaboração entre empresas credenciadas e OCS;
 - produção de manuais breves e esclarecedores sobre o correcto e o errado no tratamento jornalístico das sondagens
 - informação obrigatória dos resultados brutos da sondagem e apresentação dos resultados em números inteiros
 - criação de formação especializada no tratamento jornalístico de sondagens/projecções.
 - aperfeiçoamento do controlo de qualidade e monitorização da documentação depositada junto da ERC.
- A adequação dos meios da Entidade Reguladora para a cabal monitorização de todo o processo relativo à produção e divulgação de sondagens deverá ser assegurada;
- A Lei 10/2000 aponta para outros domínios além do político, nomeadamente o cultural e social; a importância de todo este tipo de questões sociais e o recurso a sondagens e inquéritos com divulgação nos OCS leva a que tal se deva ter em conta em futura revisão legislativa.

1. INTRODUÇÃO

Na sequência de uma reunião em 19 de Junho de 2009 do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) com representantes de mais de 95% das empresas de sondagens e da Associação Portuguesa de Empresas de Estudos de Mercado e Opinião, onde se discutiu o estado do sector em Portugal, em especial, os resultados das sondagens nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, o Conselho Regulador da ERC constituiu uma comissão constituída por Fernando Cascais, jornalista e director do CENJOR, Helena Bacelar Nicolau, professora da Universidade de Lisboa e José António Simões Vidal de Oliveira, professor da Escola Superior de Comunicação Social, para efectuar um **“diagnóstico sobre a situação das sondagens e apresentar sugestões sobre medidas a adoptar”**.

O trabalho a que se refere o presente Relatório foi feito em circunstâncias especiais, dada a época do ano e o período político em que decorreu e o limitado prazo de execução. Não obstante estes condicionalismos, a Comissão considera altamente positiva a decisão da ERC em desencadear a discussão desta temática, de que este Relatório é um primeiro contributo.

O trabalho encomendado foi desenvolvido em sete etapas que serão descritas detalhadamente em pontos próprios, mas que, desde já, se enunciam:

a)

Construção de uma base de dados em Access, resumindo os aspectos metodológicos e os resultados obtidos nas sondagens publicadas na semana anterior às últimas eleições legislativas (2005), autárquicas de Lisboa (2005 e 2007) e Porto (2005), presidenciais (2006), regionais dos Açores (2007) e Madeira (2008) e europeias (2009), caracterizando o instituto, o universo, o procedimento de amostragem, a técnica de recolha, a dimensão da amostra, a taxa de resposta, o número de entrevistadores, a percentagem de inspecção, a data de início e fim da recolha, a utilização ou não de ponderação dos resultados, a abstenção estimada (quando disponível), a intenção de voto sem distribuição de indecisos e não respondentes (quando disponível) e a intenção de voto expresso, com distribuição ou não de indecisos (quando disponível).

b)

Audição de representantes de empresas de estudos de opinião sobre a Lei 10/2000 de 21 de Junho, modelo de Ficha técnica e publicação de sondagens.

c)

Diagnóstico de eventuais problemas do foro estatístico, com especial incidência na amostragem, redacção das perguntas usadas no questionário e sua colocação, recolha de dados e seu tratamento e inferência e clareza dos resultados.

Diagnóstico de eventuais problemas do foro interpretativo e comunicacional.

Sugestões para sua anulação/redução.

d)

Sugestões de eventuais alterações a efectuar na legislação, ficha técnica, apresentação de resultados e limitações informativas, em consequência da fase anterior.

Sugestões sobre monitorização dos dados publicados, adoptando critérios que permitam comparabilidade entre os resultados apresentados pelas várias empresas.

e)

Apresentação da versão inicial do Relatório à ERC e seu envio para comentário das empresas credenciadas envolvidas nas sondagens analisadas.

f)

Análise das respostas obtidas e elaboração da versão revista Outubro 2009 do Relatório.

g)

Apresentação pública do presente Relatório na III Conferência Anual da ERC, em 21 de Outubro 2009.

2. SONDAGENS EM ANÁLISE

Para a realização do diagnóstico, consideraram-se 38 sondagens publicadas na semana anterior às eleições, com a seguinte distribuição:

Segundo tipo de eleição:

- 5 sobre as europeias 2009;
- 3 sobre as regionais Madeira 2008
- 1 sobre as regionais dos Açores 2007
- 5 sobre as autárquicas intercalares de Lisboa 2007
- 6 sobre as presidenciais 2006
- 5 sobre as autárquicas de Lisboa 2005
- 5 sobre as autárquicas do Porto 2005
- 8 sobre as legislativas 2005

Segundo empresa:

- 5 realizadas por Aximage
- 8 realizadas por Eurosondagem
- 1 realizadas por Euroteste
- 7 realizadas por Intercampus
- 1 realizadas por Ipom
- 6 realizadas por Markttest
- 1 realizadas por Pitagórica
- 2 realizadas por Regipom
- 7 realizadas por Universidade Católica/CESOP

Segundo procedimento de amostragem:

- 5 utilizando um procedimento de selecção aleatória a partir de uma “master sample”
- 13 utilizando um procedimento de selecção aleatória do lar e de quotas do indivíduo
- 4 utilizando um procedimento de selecção aleatória do lar e de último aniversariante para o indivíduo
- 1 utilizando um procedimento de selecção aleatória do lar e do “homem mais novo” para o indivíduo
- 8 utilizando um procedimento de selecção aleatória do lar, sendo omissas quanto a selecção do indivíduo
- 7 utilizando um procedimento de selecção aleatória de “freguesias tipo” e de último aniversariante para o indivíduo

Segundo técnica de recolha:

- 17 realizadas por entrevista pessoal
- 21 realizadas por entrevista telefónica

Segundo universo:

- 3 abrangendo os maiores de 18 anos do País
- 15 abrangendo os maiores de 18 anos do Continente
- 10 abrangendo os maiores de 18 anos do concelho de Lisboa
- 5 abrangendo os maiores de 18 anos do concelho do Porto
- 1 abrangendo os maiores de 18 anos da R.A.Açores
- 3 abrangendo os maiores de 18 anos da R.A.Madeira
- 1 abrangendo os maiores de 18 anos de sete distritos

3. CONSTRUÇÃO DA BASE DE DADOS

Com base nos resultados das 38 sondagens construiu-se uma base de dados em Access com a informação disponível, utilizando os seguintes campos:

- Número da sondagem
- Tipo de eleição
- Empresa que realizou a sondagem
- Universo
- Procedimento de amostragem
- Técnica de recolha
- Dimensão da amostra
- Taxa de resposta (quando disponível)
- Número de entrevistadores
- Percentagem de entrevistas inspeccionadas (quando disponível)
- Data de início e fim da recolha de informação
- Utilização ou não de ponderação de resultados
- Abstenção estimada (quando disponível)
- Intenção de voto sem distribuição de indecisos e não respondentes (quando disponível)
- Intenção de voto expresso, com distribuição ou não de indecisos (quando disponível)
- Resultados da eleição a que a sondagem diz respeito

Com esta base de dados foi criado um ficheiro em SPSS.

4. AUDIÇÃO DE REPRESENTANTES DE EMPRESAS DE ESTUDOS DE OPINIÃO

Num primeiro momento, em 24 de Agosto 2009, foi realizada uma audição, onde os principais temas debatidos foram a Lei 10/2000 de 21 de Junho, a Ficha técnica e a publicação de sondagens.

Participaram seis empresas das catorze convidadas.

- Ainda que os institutos presentes se sintam “confortáveis” com a Lei 10/2000 de 21 de Junho que “regula a realização e a publicação ou difusão pública de sondagens e inquéritos de opinião produzidos com a finalidade de divulgação pública”, cujo objecto se relaciona directa ou indirectamente com as alíneas a), b) e c) do ponto 1 do seu Artigo 1º, a utilização do televoto e, sobretudo, a crescente utilização da recolha de informação por internet, ainda que noutras áreas, que poderá configurar a realização de “inquérito” e não “sondagem”, nos termos da definição dada no Artigo 2º da referida Lei, levará, a curto ou médio prazo, a um aumento da realização deste tipo de questionar, que não está abrangido pela obrigatoriedade do depósito. Existe a opinião generalizada de que a não necessidade de depósito e controlo do inquérito de opinião poderá ser uma saída para a possibilidade de publicação de resultados por empresas não credenciadas.

Relativamente ao depósito da sondagem e à sua disponibilização, a pedido, no prazo de 15 dias ou logo após a sua publicação, foi colocado o problema da possibilidade de divulgação a terceiros de resultados de perguntas não publicadas ou mesmo da totalidade dos resultados de uma sondagem que, por qualquer motivo, não foi publicada. Tal poderá colidir com a ética profissional da empresa e do técnico de estudos, que estão obrigados a não revelar a terceiros dados do estudo, que são propriedade do cliente.

- Algumas empresas revelaram alguma estranheza pelo facto de, sendo credenciadas pela ERC, lhes ser exigida muita informação na Ficha técnica, que nem sempre sofre variação de sondagem para sondagem, não entendendo portanto o papel regulador da ERC.

O modelo da Ficha técnica em vigor é considerado demasiado pormenorizado, burocrático, obrigando a uma afectação de meios administrativos, nem sempre existentes (exemplos: ponto 4 - Ficha síntese de caracterização socioprofissional dos técnicos responsáveis pela realização/supervisão dos trabalhos de recolha de

informação ou de interpretação técnica dos resultados - que consideram discriminativo e passível de colocar questões em sede de CNPD, além de poder ser ilícito, pois infringe o estipulado no acordo de Cotonu; ponto 9.4., etc).

- Verifica-se que, por vezes, existe uma relação de proximidade entre fornecedor e divulgador dos resultados, quanto à sua interpretação, relação esta inexistente no que se refere a segundas e terceiras publicações.

Foi referido com ênfase que a não necessidade de publicação da Ficha técnica em segundas e terceiras publicações leva à comparação de dados não comparáveis e a interpretações erradas, sem qualquer actuação por parte da ERC.

Na sequência desta reunião, três empresas enviaram à Comissão os seus pontos de vista sobre os temas discutidos.

Num segundo momento, em 14 de Setembro 2009, oito empresas credenciadas receberam a versão inicial do Relatório da Comissão, com o pedido de análise e formulação de comentários. Foram recebidas duas respostas.

O presente Relatório tem em conta todas as contribuições recebidas.

5. ANÁLISE DE DIAGNÓSTICO DO FORO ESTATÍSTICO DAS SONDAGENS ANALISADAS

5.1. Universos

Assinala-se que a totalidade do País só foi considerada em três das dezanove sondagens que diziam respeito a actos eleitorais abrangendo a totalidade do território e que uma unicamente considerou sete distritos.

Os universos nem sempre foram correctamente definidos, quando se tratava de entrevistas telefónicas. É o caso, por exemplo, da Marktest (autárquicas Lisboa e Porto 2005, europeias 2009, etc), Eurosondagem (autárquicas Lisboa e Porto 2005, presidenciais 2006, europeias 2009, etc.), Pitagórica (presidenciais 2006), Regipom (autárquicas Porto 2005), etc. que definem como universo a população maior de 18 anos residente ou recenseada na área em estudo, mas não referindo que “ residem em lares com telefone fixo”. Na realidade, dada a taxa de instalação de telefone fixo no lar, existe diferença de perfil entre o universo dos indivíduos maiores de 18 anos ou recenseados e o universo do mesmo tipo de indivíduos, mas com telefone fixo no lar. Quanto à quantificação do universo (refere-se desde já que, por exemplo, em algumas eleições, a Intercampus e Universidade Católica não quantificam, ao contrário de Marktest, Eurosondagem e Aximage), aponta-se que a quantificação feita nos casos de utilização de entrevistas telefónicas não tem em atenção a taxa de telefone no lar, na grande maioria dos casos.

Aliás, em nosso entender, a quantificação exacta do universo no caso da utilização de entrevistas telefónicas é secundária; o que interessa é que tal referência seja claramente feita na definição do universo, para que se realce que os dados obtidos na sondagem se referem a indivíduos recenseados ou maiores de 18 anos, com telefone fixo no lar (ou com telefone móvel, se a técnica de recolha da informação os incluir).

5.2. Procedimentos de amostragem

De acordo com a alínea b) do ponto 2. do Artigo 4º da Lei 10/2000 de 21 de Junho, “a amostra deve ser representativa do universo estatístico de onde é extraída, nomeadamente, quanto a região, dimensão das localidades, idade dos inquiridos, sexo e grau de instrução ou outras variáveis adequadas”.

A amostragem por quotas pura não foi usada em nenhuma sondagem, muito embora em treze das trinta e oito se tenha usado este método para seleccionar o indivíduo respondente, após uma selecção aleatória do lar (este processo é usado por Markttest e Intercampus).

A selecção aleatória do lar é assegurada em vinte e seis sondagens (provavelmente trinta e três, pois a Universidade Católica, referindo que selecciona os domicílios com passo sistemático, poderá ser incluída neste grupo, se o arranque tiver sido aleatório). Em cinco das trinta e oito sondagens, a selecção do indivíduo é feita aleatoriamente (não é referido o método) e em onze quase aleatoriamente (ultimo aniversariante). Uma sondagem (realizada por Pitagórica) utiliza o método do “homem mais novo” que provavelmente será o de Troidahl e Carter que, quando existem mais de dois elementos do mesmo sexo no lar pode causar alguns enviesamentos, muito embora os seus autores admitam ser negligenciáveis.

De salientar que na Ficha técnica de oito das trinta e oito sondagens analisadas (cinco realizadas por Eurosondagem, uma realizada por Ipom e duas realizadas por Regipom) é referido que se selecciona aleatoriamente o lar, mas não se faz qualquer referência ao modo de selecção do indivíduo.

Para a selecção do indivíduo, salvo no caso da Aximage, que tem uma selecção com uma única etapa a partir da sua “master sample”, em todos os outros institutos foi realizada uma selecção em duas ou três etapas: localidade (caso de entrevista pessoal), lar e indivíduo.

Parece que existe uma estratificação prévia por região (e também dimensão da localidade/habitat ?), mesmo no caso da Aximage, sendo as unidades inicial, intermédia e final seleccionadas em cada um dos estratos. Tal é levado a crer ao olhar a distribuição da amostra pelas regiões.

De acordo com o descrito nas fichas técnicas das sondagens consideradas, na generalidade, o procedimento de amostragem adoptado, se cumprido, não levanta objecções.

Parece, no entanto, ser recomendável passar-se a indicar, de modo uniforme e mais claro, o procedimento de amostragem usado, as variáveis de estratificação (se as houver), o processo usado para selecção de unidades iniciais, intermédias e finais (como, por exemplo, faz a Universidade Católica), para facilitar o processo de monitorização dos resultados das sondagens.

A composição da amostra proporcional ao universo, da obtida e da ponderada por região, habitat, sexo cruzado por idade, instrução/escolaridade, posição perante o trabalho (e porventura, outras variáveis) deve ser descrita na Ficha técnica, de modo a tornar fácil a sua monitorização.

5.3 Dimensão da amostra

A dimensão das amostras usadas para a mesma eleição é muito variável. Por exemplo, para as últimas europeias, a dimensão da amostra variou de 807 (Marktest) a 3.375 (Universidade Católica/CESOP); para as autárquicas intercalares de Lisboa variou de 610 (Marktest) a 2.023 (Universidade Católica/CESOP); para as últimas presidenciais variou de 605 (Pitagórica) a 3.713 (Universidade Católica); etc.

O aumento da dimensão da amostra nem sempre correspondeu a uma maior precisão² dos dados encontrados, em termos de desvios em módulo entre os valores estimados pela sondagem e os valores reais da eleição. O quadro seguinte apresenta alguns exemplos que indiciam uma não relação entre a dimensão da amostra usada e a média dos desvios entre os resultados eleitorais e as estimativas feitas pelo instituto, a partir da sondagem³ (projeções⁴).

Instituto	Eleição	Dimensão da amostra	Média dos desvios
<i>Aximage</i>	<i>Europeias</i>	1.274	3,13%
Eurosondagem	Europeias	2.033	3,40%
<i>Aximage</i>	<i>Lisboa 2007</i>	780	1,50%
Univ. Católica	Lisboa 2007	2.023	1,53%
<i>Marktest</i>	<i>Presidenciais</i>	1.416	1,41%
Eurosondagem	Presidenciais	3.058	2,07%
<i>Marktest</i>	<i>Lisboa 2005</i>	503	2,15%
Intercampus	Lisboa 2005	1.001	3,37%
<i>Marktest</i>	<i>Porto 2005</i>	401	2,94%
Intercampus	Porto 2005	1000	3,48%
Univ. Católica	Legislativas 2005	5.051	1,37%
<i>Marktest</i>	<i>Legislativas 2005</i>	819	1,10%

Determinou-se a relação entre a dimensão da amostra e a média dos desvios encontrados, para as 32 sondagens (das 38 analisadas) que referem a dimensão da amostra e que os resultados apresentados permitem calcular a média dos desvios, calculando-se o coeficiente de correlação Bravais- Pearson que é de -0,335.

² Ver nota da página 3.

³ Uma vez que os resultados das sondagens são apresentados em percentagem, com uma decimal, consideramos os desvios com duas decimais

⁴ Ver nota da página 3.

Ensaiaando-se um teste de significância $t = r \sqrt{\frac{n-2}{1-r^2}}$ com $n - 2$ graus de liberdade, a hipótese nula $\rho=0$ não é rejeitada, com um nível de significância de 1% e 5%, o que indica que, a esses níveis de significância, não existe correlação significativa entre a dimensão da amostra e a precisão das estimativas.

Tal quer dizer que o erro sistemático, inerente à medida – qualidade da selecção e/ou qualidade da recolha e/ou qualidade do questionário e/ou sinceridade do entrevistado e/ou qualidade do entrevistador e/ou processo de tratamento de dados e/ou distribuição dos indecisos e não respondentes – poderá estar associado a enviesamentos que afectam a relação entre dimensão da amostra e precisão.

As empresas, para as sondagens nacionais analisadas, apresentam uma amplitude de amostra considerável, que se refere no quadro seguinte:

Instituto	Nº sondagens	Desde	Até
Aximage	3	1.003	2.028
Eurosondagem	3	2.033	3.058
Euroteste	1	800	800
Intercampus	3	992	1.015
Ipom	1	997	997
Marktest	3	807	1.416
Pitagórica	1	605	605
Regipom	1	1.300	1.300
Univ. Católica	3	3.375	5.051

A maior dimensão da amostra, só por si, parece não significar maior precisão dos dados globais, devendo as empresas reforçar a sua preocupação com a redução dos erros sistemáticos.

5.4. Questionário

De acordo com a alínea a) do ponto 2. do Artigo 4º da Lei 10/2000 de 21 de Junho, “as perguntas devem ser formuladas com objectividade, clareza e precisão, sem sugerirem, directa ou indirectamente, o sentido das respostas”.

Não se encontram questionários de todas as sondagens realizadas, embora existam para a maioria delas e para as mais recentes.

Analisados os questionários das sondagens em estudo disponíveis, verifica-se que nem todos os institutos avaliam a abstenção, através de pergunta/s neles colocada/s.

A **Universidade Católica/ CESOP** estima a abstenção através de pergunta específica e utiliza questionários do tipo:

“ P- Todos temos o direito de votar, mas ninguém é obrigado a votar se não quiser ou não puder. Das seguintes frases que lhe vou dizer, qual é aquela que melhor se aplica ao seu caso em relação às próximas eleições (presidenciais, europeias, para a Câmara, regionais , etc) de (dia e mês)?

- De certeza absoluta que vai votar
- Ainda não sabe se vai votar
- Não tenciona ir votar
- De certeza que não vai votar
- Não responde

P- E já tomou uma decisão definitiva em que candidato (ou partido) vai votar nas ?

P- Esta é a última coisa que lhe vou pedir: esta folha que estou a preencher tem do outro lado um boletim de voto. Queria pedir-lhe para o usar para assinalar o candidato (ou partido) em que tenciona votar nas próximas eleições e que depois dobre o boletim em quatro e o coloque nesta urna. Este boletim é rigorosamente anónimo; depois de colocado na urna, é impossível identificar quem votou em que candidato (ou partido). Peço-lhe que só vote em branco se é isso que vai fazer no dia das eleições.”

A **Intercampus** também estima a abstenção através de pergunta e utiliza questionários (com boletim de voto) do tipo:

“ P- No dia .. de de próximo vão realizar-se as eleições paraCom base nesta lista (Mostrar a lista), gostaria que me dissesse qual destas frases corresponde à sua situação:

- SITUAÇÃO A – É minha intenção ir votar de certeza (recebe boletim azul)
- SITUAÇÃO B – Em princípio tenho a intenção de ir votar, mas é possível que venha a decidir não votar (recebe boletim amarelo)
- SITUAÇÃO C – Tanto posso decidir votar como posso decidir não votar (recebe boletim verde)
- SITUAÇÃO D – Em princípio não tenho a intenção de ir votar, mas é possível que venha a decidir votar (recebe boletim branco)

- SITUACÃO E – Não estou a pensar ir votar

(No verso do boletim é anotado o sexo e idade do respondente)

P.- Gostaria agora de lhe pedir para preencher este boletim de voto, assinalando qual o partido em que votaria se existissem hoje eleições para”.

A **Aximage** também estima a abstenção, como se depreende dos quadros de resultados, mas só se encontrou um questionário, cujas perguntas são do seguinte teor:

“ P.- No próximo dia 20 de Fevereiro, quando forem as eleições para eleger deputados para a Assembleia da República, como é que vai votar?

- Vai votar num partido ou coligação
- Vai votar branco ou nulo
- Não vai votar

P. – (para quem diz que vai votar num partido ou coligação) Nas próximas eleições legislativas de 20 de Fevereiro, em que partido ou coligação vai votar?”

A **Euroteste** também estima a abstenção através de pergunta específica (não utiliza boletim de voto):

“ P.- Se houvesse hoje eleições legislativas, para escolha de deputados para a Assembleia da Republica, iria votar ou não iria votar?

P.- (Se iria votar) E qual destas seria a sua atitude? De certeza que iria votar, muito provavelmente iria votar ou provavelmente iria votar?

P.- (Se não iria votar) E qual destas seria a sua atitude? Provavelmente não iria votar, muito provavelmente não iria votar ou de certeza que não iria votar?

P.- E em que partido ou coligação é que votaria se as eleições legislativas para a escolha de deputados para a Assembleia da Republica fossem hoje?”

O **Ipom** também estima a abstenção através de pergunta específica (não utiliza boletim de voto):

“P.- No próximo domingo, vão realizar-se eleições legislativas. Diga quais das seguintes frases se adapta melhor à sua intenção de ir votar?

Já decidi que vou votar

Apesar de tudo, o mais certo é ir votar

Sinto pouca vontade de ir votar, provavelmente não vou

Já decidi que não vou votar

P.- Em qual dos seguintes partidos pensa votar no próximo domingo? “

A **Pitagórica** não coloca qualquer questão para estimar a abstenção, limitando-se a perguntar:

“ P.- No próximo dia 22 de Janeiro irão decorrer eleições para escolher o próximo Presidente da Republica. Concorrem os seguintes candidatos:”

Este questão, tal como aparece no questionário, está incorrectamente formulada, pois não faz a pergunta propriamente dita.

É através da resposta “ não vou votar” que estima a abstenção.

A **Marktest** também não coloca qualquer pergunta para estimar a abstenção, fazendo perguntas do tipo:

“P.- Se neste momento houvesse eleições para, dos candidatos (partidos) que lhe vou referir, em qual votaria?

P.- Se as eleições para a Câmara de Lisboa fossem hoje, em que candidato ou partido votaria?”

A **Eurosondagem** também não coloca qualquer pergunta para estimar a abstenção:

“P.- Em que Partido vai votar nas Eleições para?”

P.- Se fossem hoje as eleições para, qual seria o seu voto?”

A resposta “ não vou votar” não é considerada, pelo que se parte do principio de que a totalidade dos entrevistados vai votar.

A *Regipom* também não coloca qualquer pergunta para estimar a abstenção:

“P.- Se as eleições para a Câmara Municipal fossem hoje, em que partido ou candidato votaria?”

Em nosso entender, de acordo com informação recolhida em alguns estudos, se a abstenção não for estimada com razoável aproximação, a distribuição do voto pelos partidos não corresponderá à real distribuição; admite-se que todos os entrevistados vão votar, o que se sabe não ser verdade e inevitavelmente distorcerá os resultados.

É certo que a abstenção estimada pela sondagem está normalmente abaixo da que se verifica no dia da eleição, quer porque alguns entrevistados não confessam a sua intenção de abstenção, quer por imprevistos que surgem e alteram a intenção de ir votar. Mas, se abstenção não for avaliada, os resultados obtidos na sondagem só se

aproximarão do resultado eleitoral se ela for baixa ou se os abstencionistas tiverem um perfil idêntico ao perfil do votante, o que alguns estudos analisados demonstram não ser de aceitar.

Os Artigos 5º e 6º do Código Internacional para a Publicação de Resultados de Sondagens da ESOMAR referem que as percentagens de inquiridos que não respondem à pergunta de intenção de voto e de inquiridos que referem que não votarão devem ser sempre indicadas, se for julgado que possam afectar a interpretação dos resultados e também e que se deve esclarecer se as percentagens consideradas na intenção de voto incluem os inquiridos que não respondem à pergunta ou referem não votar. Se não for feita uma pergunta específica sobre a intenção de ir ou não votar, a ESOMAR aconselha que nas respostas à pergunta de intenção de voto nos partidos, as respostas “ não irei votar” e “não sabe/não responde” se indiquem globalmente, para não dar a ideia de que se está a estimar a abstenção.

Com excepção deste ponto de avaliação ou não da abstenção, as perguntas efectuadas não se revelaram tendenciosas nem manipuladoras da resposta.

É, pois, importante que a abstenção avaliada conste obrigatoriamente da Ficha técnica da sondagem, o que permite avaliar da maior ou menor proximidade da realidade esperada.

É também importante que o questionário faça parte integrante da Ficha técnica (entendemos que como Anexo) e que, no caso de questionários multiclientes – Omnibus, sejam transcritas as perguntas da sondagem, o número de perguntas do questionário e o número de ordem das perguntas da sondagem.

5.5. Técnica de recolha

Vinte e uma das trinta e oito sondagens recorrem à entrevista telefónica (logo o universo é a população com mais de 18 anos com telefone fixo no lar ou em alguns casos também telemóvel e não o universo total de maiores de 18 anos). Se só se usou números de telefone fixo, excluiu-se à partida um segmento do universo que não poderia constar da amostra por não possuir telefone fixo no lar e, se se gerou aleatoriamente números de telefones móveis, a ficha técnica não refere como foi feita a fusão das entrevistas obtidas em cada tipo de telefone e como se usou (ou não se usou) a estratificação à posteriori.

Como a taxa de instalação de telefone fixo não é de 100% e estudos analisados apontam para uma associação com a intenção de voto, a elevada taxa de posse de telefone

móvel recomenda que a amostra seja composta por entrevistados com telefone fixo no lar (cujo número pode ser seleccionado através de listas telefónicas ou por geração aleatória) e entrevistados com móvel, sem fixo instalado no lar.

No entanto, a técnica de recolha por entrevista telefónica, se bem que possuindo o inconveniente citado, também apresenta vantagens, por eliminar o efeito de “clustering” que é verificado na técnica de recolha por entrevista pessoal.

Dezassete das trinta e oito sondagens recorrem à entrevista pessoal, mediante questionário com ou sem boletim de voto.

Na Ficha técnica, deve ser esclarecido se só se considera o telefone fixo ou um misto de fixo e móvel, como é ou não fusionado o ficheiro e como são seleccionados ou gerados os números de telefone; no caso da entrevista pessoal, deve-se indicar qual o método de selecção do indivíduo usado.

5.6. Recolha e supervisão

5.6.1. Número de entrevistadores

O número de entrevistadores utilizados, em princípio, será função da dimensão da amostra e da duração da aplicação do questionário. Uma análise detalhada das sondagens em cuja Ficha técnica é indicado o número de entrevistadores (vinte e duas das trinta e oito analisadas) mostra que este número é função, isso sim, das empresas de estudos e da dimensão dos questionários.

A Eurosondagem utiliza nas suas sondagens de 6 a 12 entrevistadores para amostras de 517 a 3.058 entrevistas. O número médio de entrevistas por entrevistador é de 181.

A Intercampus utiliza de 42 a 58 entrevistadores, com um número médio de entrevistas por entrevistador de 20.

A Markttest utiliza de 15 a 55 entrevistadores, com um número médio de entrevistas por entrevistador de 21.

A Universidade Católica utiliza de 50 a 106 entrevistadores, com um número médio de entrevistas por entrevistador de 34.

A Eurosondagem distancia-se, neste aspecto, das restantes empresas.

	Número entrevis- tadores	Entrevis- tas por entrevis- tador	Número sonda- gens	Nº entrevistadores		Entrevistas/ entrevistador	
				Pessoal	Telefónica	Pessoal	Telefónica
Eurosondagem	6 a 12	181	8	10-12	6-11	166	192
Euroteste	73	11	1	-	73	-	11
Intercampus	42 a 58	20	2	42-58	-	20	-
Ipom	14	71	1	-	14	-	71
Markttest	13 a 55	21	6	-	13-55	-	21
Regipom	14	53	1	-	14	-	53
Univ. Católica	50 a 106	34	3	50-106	-	34	-

5.6.2. Número de entrevistas por entrevistador por dia

Existe uma grande disparidade do número máximo de entrevistas por entrevistador/dia, obtido através da dimensão da amostra, data de início e fim da recolha e do número de entrevistadores utilizados.

Varia desde

2,7 entrevistas/dia/entrevistador (Euroteste para legislativas 2005)

3,7 entrevistas/dia/entrevistador (Markttest para europeias 2009)

3,8 entrevistas/dia/entrevistador (Intercampus para autárquicas Lisboa 2005)

6,4 entrevistas/dia/entrevistador (Markttest para presidenciais 2006)

8,0 entrevistas/dia/entrevistador (Univ. Católica para legislativas 2005)

9,3 entrevistas/dia/entrevistador (Markttest para legislativas 2005)

.....

até

34,3 entrevistas/dia/entrevistador (Eurosondagem para legislativas 2005)

49,0 entrevistas/dia/entrevistador (Eurosondagem para autárquicas Lisboa 2005)

52,0 entrevistas/dia/entrevistador (Eurosondagem para autárquicas Lisboa 2007)

56,5 entrevistas/dia/entrevistador (Eurosondagem para europeias 2009)

76,5 entrevistas/dia/entrevistador (Eurosondagem para presidenciais 2006)

Em dezasseis das trinta e oito sondagens não foi possível determinar este valor, por as fichas técnicas não terem toda a informação necessária (ainda que obrigatória na ficha técnica).

O número de entrevistas por entrevistador e o número de entrevistas por entrevistador por dia será função do tamanho do questionário.

5.6.3. Supervisão

Os valores apresentados na Ficha técnica denotam a inexistência de uma uniformidade do conceito de inspecção/supervisão e da compreensão do que se pretende obter com este dado.

Ipom e *Regipom* não indicam a taxa de inspecção;

Aximage não refere uma taxa de inspecção, mas refere que faz um controlo por acompanhamento directo e permanente dos entrevistadores, no momento de realização das entrevistas;

Eurosondagem refere uma taxa de 20% (regionais Açores 2007) e cerca de um terço para as restantes;

Euroteste refere 15%;

Intercampus refere 15% para as europeias 2009 e não refere para as restantes (menciona que o trabalho dos entrevistadores foi objecto de supervisão directa e permanente);

Marktest refere 12,7% (legislativas 2005) e 10% para as restantes;

Pitagórica refere 10% ;

Universidade Católica refere 10% (presidenciais 2006 e legislativas 2005) e não indica para as restantes;

Verifica-se que é um campo da Ficha técnica que muitas vezes não é preenchido por o conceito de taxa de inspecção não ser entendido da mesma maneira por todos os institutos.

Sendo os resultados da supervisão uma das medidas da qualidade dos trabalhos de campo, sugere-se a indicação na Ficha técnica não só da percentagem de entrevistas controladas, mas também do número de entrevistadores inspecionados e do número de entrevistas anuladas.

5.7. Ponderação da amostra

Sete das trinta e oito sondagens analisadas recorreram à ponderação de dados, antes de tratamento das questões relativas ao voto.

A Universidade Católica (cinco sondagens) selecciona aleatoriamente 39 freguesias, “tendo em conta a distribuição da população recenseada por regiões e por freguesias com menos de 3200 recenseados, entre 3200 e 11000 e mais de 11000 recenseados, selecção sistematicamente repetida até que os resultados eleitorais das eleições legislativas de 2005 e das europeias de 2004 nessas freguesias *estejam* a menos de 1% dos resultados nacionais dos cinco maiores partidos, ponderando o número de inquéritos a realizar em cada freguesia”; tal **equivale** a considerar uma amostra ponderada segundo o último voto.

É importante saber se a amostra é ou não ponderada (há Fichas técnicas omissas quanto a este ponto) e por que variáveis, pois se a selecção da unidade final for feita por quotas e, se nas variáveis de controlo não figurar o último voto, pode-se obter uma amostra representativa sob o ponto de vista sócio-demográfico, mas menos ou mesmo não representativa quanto a estrutura partidária.

É importante saber quais são as variáveis de controlo e, se a selecção do indivíduo for por quotas, se a amostra foi ou não equilibrada por último voto.

É também importante saber o valor do maior e menor factores de ponderação.

5.8. Apresentação de resultados

De acordo com a alínea c) do ponto 1. do Artigo 4º da Lei 10/2000 de 21 de Junho, “a interpretação dos resultados brutos deve ser feita de forma a não falsear ou deturpar o resultado da sondagem”.

5.8.1. Análise do desvio médio em módulo por partido ou candidato

Para o cálculo dos desvios, consideraram-se os resultados correspondentes aos universos tidos em conta nas sondagens

a)

Em vinte e cinco das trinta e oito sondagens é indicada a abstenção. Este é um ponto importante, pois a sua não consideração pode levar a desvios nas estimativas obtidas para os resultados partidários, dado que se está a considerar a intenção de voto em partidos de entrevistados que já tencionam abster-se. Há sempre abstenção de última hora e subvaloração da abstenção declarada.

Alguns institutos não referem o valor da abstenção (Eurosondagem, Intercampus que indica para as legislativas 2005 e regionais da Madeira 2008, mas não para as restantes); outros indicam valores marcadamente baixos.

Menores desvios entre a abstenção real e a dada pela sondagem

Empresa	Eleição	Desvio em módulo
Aximage	Europeias 2009	3,7%
Aximage	Lisboa 2005	2,8%
Aximage	Presidenciais 2006	1,2%
Euroteste	Legislativas 2005	0,9%
Intercampus	Legislativas 2005	4,2%
Pitagórica	Presidenciais 2006	5,9%
Regipom	Autárquicas Porto 2005	4,5%

Maiores desvios entre a abstenção real e a dada pela sondagem

Empresa	Eleição	Desvio em módulo
Intercampus	Regionais Madeira 2008	34,1%
Markttest	Europeias 2009	58,4%
Markttest	Lisboa 2007	56,7%
Markttest	Lisboa 2005	42,3%
Markttest	Porto 2005	37,3%
Markttest	Presidenciais 2006	33,9%
Univ. Católica	Europeias 2009	41,2%
Univ. Católica	Lisboa 2007	42,3%

b)

Os resultados da sondagem são indicados em valores percentuais com uma decimal (ou até duas decimais no caso de Regipom), o que dá uma ideia de rigor que a sondagem não tem. Por isso, é importante a menção da margem de erro, no caso de sondagem probabilística⁵.

No caso de sondagem por quotas, a indicação da margem de erro tem um sentido meramente indicativo do erro que se correria se ela fosse probabilística. Mas como não o é, o erro pode ser muito maior, maior, menor ou muito menor, pelo que em nosso entender se deve claramente referir que “o erro é desconhecido. Se fosse utilizado um procedimento aleatório, o erro máximo seria de x%”.

Sugere-se igualmente que os valores obtidos em percentagem sejam indicados sem decimal (valores inteiros).

c)

Apontam-se os desvios (em módulo) entre os valores eleitorais e as respectivas estimativas feitas a partir dos resultados das sondagens:

1) Tipo de eleição

Eleição	Nº de sondagens	Abstenção		Voto em partidos e brancos	
		Desvio médio %	Nº sondagens	Desvio médio %	Nº sondagens
Europeias 2009	5	34,2	3	3,50	5
R. A. Madeira 2008	3	31,8	2	2,85	2
R. A. Açores 2007	1	-	-	2,53	1
Lisboa 2007	5	37,07	3	2,09	5
Presidenciais 2006	6	16,70	4	1,98	4
Lisboa 2005	5	24,8	3	2,54	4
Porto 2005	5	23,77	3	2,59	4
Legislativas 2005	8	17,07	7	1,34	7
Total	38	24,38	25	2,31	32

⁵ a base de cálculo para o erro na estimativa do voto expresso não é a dimensão da amostra, mas sim a dimensão da amostra menos a sub-amostra que declara abster-se

2) Empresa/instituição

Empresa/ Instituição	Nº de sondagens	Abstenção		Voto em partidos e brancos	
		Desvio médio %	Nº sondagens	Desvio médio %	Nº sondagens
Aximage	5	4,7	5	1,84	3
Eurosondagem	8	-	-	2,45	8
Euroteste	1	0,9	1	-	-
Inter-campus	7	27,55	2	3,02	5
Ipom	1	28,09	1	1,08	1
Marktest	6	42,32	6	2,40	6
Pitagórica	1	5,9	1	3,10	1
Regipom	2	10,6	2	2,63	1
Univ. Católica/CESOP	7	31,44	7	1,79	7
Total	38	24,38	25	2,31	32

3) Procedimento de amostragem

Procedimento de amostragem	Nº de sondagens	Abstenção		Voto em partidos e brancos	
		Desvio médio %	Nº sondagens	Desvio médio %	Nº sondagens
Aleatória indivíduo / Master sample	5	4,70	5	1,84	3
Aleatória lar / quotas indivíduo	13	38,60	8	2,68	11
Aleatória lar / último aniversariante	4	0,90	1	2,09	3
Aleatória lar / homem mais novo	1	5,90	1	3,10	1
Aleatória lar / ? indivíduo	8	16,70	3	2,44	7
Freguesia tipo aleatória/ último aniversariante	7	31,44	7	1,79	7
Total	38	24,38	25	2,31	32

4) – Técnica de recolha

Técnica de recolha	Nº de sondagens	Abstenção		Voto em partidos e brancos	
		Desvio médio %	Nº sondagens	Desvio médio %	Nº sondagens
Pessoal	17	30,58	9	2,26	15
Telefónica	21	20,89	16	2,36	17
Total	38	24,38	25	2,31	32

Para as sondagens europeias, a Markttest foi a única empresa que revelou o sentido correcto de voto entre PSD e PS (ainda que a diferença não seja estatisticamente significativa), o que não impediu de ser a que apresentou maior desvio médio em módulo entre o valor estimado e o valor da eleição, a nível de partidos e brancos/nulos.

O quadro seguinte reproduz os dados brutos obtidos nas cinco sondagens para as europeias 2009 publicadas:

	EMPRESAS/INSTITUIÇÕES				
	Aximage	Eurosondagem	Intercampus	Markttest	Univ. Católica
	%	%	%	%	%
Abstenção	65,3	-	-	3,8	21
CDS	1,7	5,1	2,8	1,7	3
PSD	10,7	26,6	25,8	16,9	18
PS	12,6	30,1	30,0	15,2	20
CDU	3,5	7,5	6,2	4,6	7
BE	3,5	8,5	8,1	4,6	6
Outros/ Brancos/Nulos	2,7	5,8	8,0	8,8	6,5
Não sabe/ Não responde	-	16,4	19,1	44,4	18,5
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

O quadro seguinte reproduz o voto expresso obtido nas cinco projecções para as europeias 2009 publicadas:

	EMPRESAS/INSTITUIÇÕES				
	Aximage	Eurosondagem	Intercampus	Markttest	Univ. Católica
	%	%	%	%	%
CDS	5,0	6,1	3,5	3,3	4
PSD	30,9	31,9	32,0	32,5	32
PS	36,2	36,0	37,1	29,4	34
CDU	10,1	9,0	7,7	8,9	11
BE	10,2	10,1	9,9	8,9	9
Outros Branco/Nulos	7,6	6,9	9,8	17,0	10
	100,0	100,0	100,0	100,0	100

Calculando o erro de amostragem associado a cada dimensão da amostra e percentagem e, aceitando que nas amostras não aleatórias ele possa servir de guia de referência, o quadro seguinte revela, para cada sondagem, num intervalo de confiança a 95% para o voto expresso de cada partido, os intervalos estimados pelas diferentes empresas/instituições. Tenha-se em atenção que a dimensão da amostra considerada para cálculo do erro não é a dimensão da amostra, mas a dimensão da amostra menos a abstenção.

Todas as projecções apontavam para o PSD um intervalo de votação que se verificou correcto, o mesmo não acontecendo com o PS e restantes partidos, mais vincadamente com o CDS.

ELEIÇÃO**EMPRESAS/INSTITUIÇÕES**

Voto expresso		Aximage	Eurosondagem	Intercampus	Markttest	Univ. Católica
%		%	%	%	%	%
8,4	CDS	3,8-6,3	5,1-7,1	2,1-4,9	2,0-4,6	3-5
30,8	PSD	28,3-33,5	29,9-33,9	28,5-35,5	29,2-35,8	30-34
26,9	PS	33,5-39,0	33,9-38,1	33,5-40,7	26,2-32,6	32-36
10,9	CDU	8,4-11,8	7,8-10,3	5,7-9,7	6,9-10,9	10-12
11,0	BE	8,5-11,9	8,8-11,4	7,7-12,1	6,9-10,9	8-10
12,0	Outros/ Branco/ Nulos	6,1-9,1	5,8-8,0	7,6-12,0	14,4-19,6	9-11
100,0						
62,2	Abstenção	65,3	-	31,8	3,8	21

Conclui-se da subavaliação do CDS e da sobreavaliação do PS.

Três das cinco projecções apontavam para o BE e CDU intervalos de votação que se verificaram correctos; uma das cinco apontava para o PS e Outros/brancos/nulos intervalos de votação que se verificaram correctos; nenhuma apontou para o CDS o intervalo de votação que se verificou correcto.

Por empresa, para intervalos de seis projecções (uma para CDS, outra para PSD, outra para PS, outra para CDU, outra para BE e outra para Outros/brancos/nulos), a Aximage, Intercampus e Markttest situaram-se correctamente em três e Eurosondagem e Universidade Católica em dois.

Analisou-se a distribuição do desvio médio por partido /candidato, tendo em conta vários aspectos/factores, a saber: a eleição, o instituto que realiza a sondagem, o universo considerado, o procedimento de amostragem aplicado e a técnica de recolha utilizada.

Não se estão aqui a considerar obviamente quer as inter-relações entre esses factores quer o efeito de outros factores que se sabe afectarem os resultados, o que poderá ser objecto de outra análise mais aprofundada, se essa informação for disponibilizada.

A construção de diagramas de caixa e bigodes ajuda a visualizar as principais diferenças observadas. A aplicação de testes de hipóteses não-paramétricos (testes de

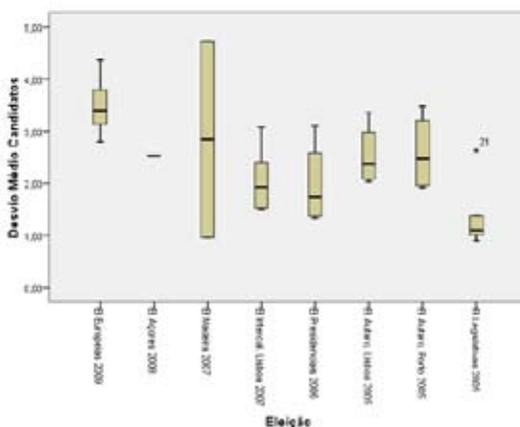
Mann-Withney e de Kruskal-Wallis) permite mostrar quais as diferenças estatisticamente significativas. Apenas se apresentam os resultados para os quais os testes indicaram diferenças significativas a um nível de significância de 5%.

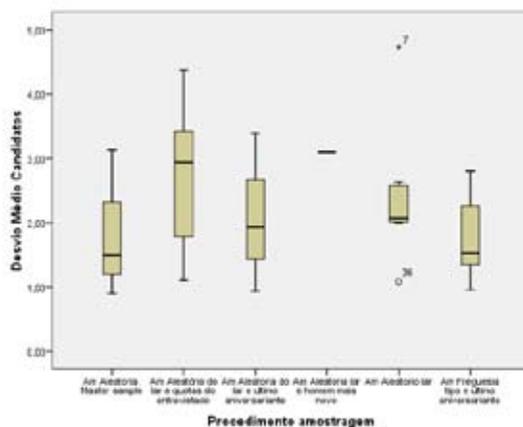
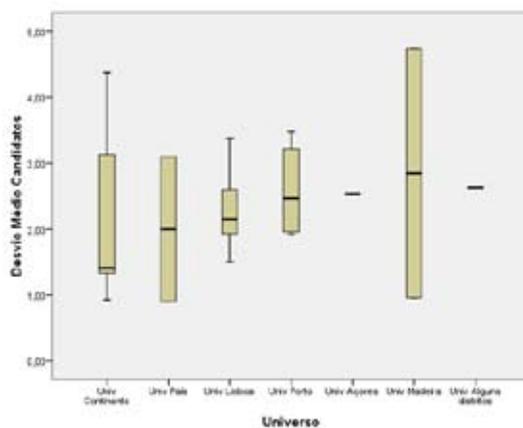
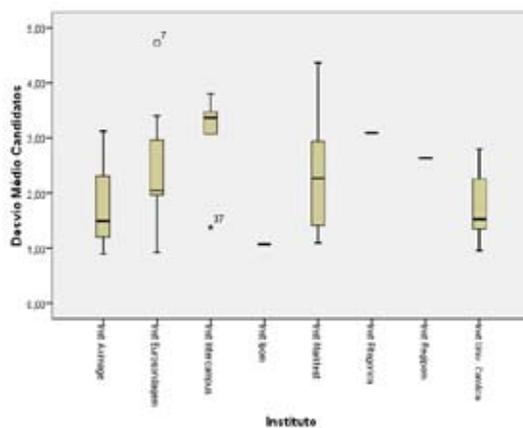
Para todas as categorias dos aspectos em análise verifica-se que os desvios médios se situam acima de 0, o que quer dizer que nenhuma sondagem indicou em média o resultado exacto da eleição a que respeita. Registam-se porém sempre desvios médios abaixo de 5. Note-se que as eleições europeias de 2009 foram as que registaram um maior desvio, enquanto as legislativas de 2005 apresentaram o menor desvio.

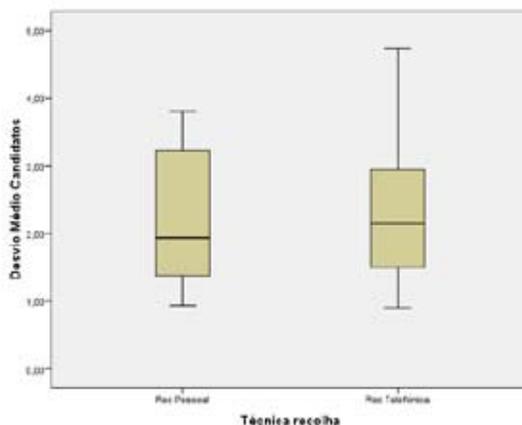
Só se encontraram diferenças significativas para as médias das ordens da variável desvio médio partidos / candidatos entre eleições ($X^2_{kw}(6) = 15,119; p = 0,019; n = 31$). Pela aplicação de testes de comparações múltiplas para identificar entre que eleições exactamente se observam as maiores diferenças, verificamos que as diferenças mais patentes se encontram entre:

- as eleições europeias de 2009 (desvio médio superior) e as eleições legislativas de 2005, presidenciais 2006 e intercalares de Lisboa 2007;
- as eleições legislativas de 2005 (desvio médio inferior) e, para além das já citadas europeias de 2009, as eleições autárquicas de 2005 para Lisboa e Porto.

Uma análise dos desvios por partido (ponto seguinte) poderá trazer mais informação de pormenor.







5.8.2. Análise do desvio por partido

Não se consideraram neste ponto as eleições presidenciais, dado que foi feita apenas uma sondagem por cada instituto no período a que se refere o estudo.

Analisaram-se as distribuições dos desvios por partido, tendo em conta vários aspectos, a saber: a eleição, o instituto que realiza a sondagem, o universo considerado, o procedimento de amostragem aplicado e a técnica de recolha utilizada.

Tomaram-se dois tipos de desvios. Uns desvios calculados pela diferença entre o resultado efectivo obtido pelo partido nas eleições e o resultado bruto indicado pela sondagem (gráficos da esquerda). Os outros desvios são calculados pela diferença entre o resultado efectivo obtido pelo partido e o resultado estimado final, após transformações dos resultados brutos pelos Institutos (gráficos da direita, identificados com o valor 1 no final dos nomes dos partidos). Assim, um valor positivo corresponde à sondagem/projecção respectiva ter indicado uma percentagem inferior à obtida na eleição. Inversamente, um valor negativo quer dizer que a sondagem/projecção indicou uma percentagem superior à registada efectivamente na eleição.

A construção de diagramas de caixa e bigodes pretende ajudar a visualização das principais diferenças observadas. A aplicação de testes de hipóteses não-paramétricos (testes de Mann-Whitney e de Kruskal-Wallis) permite determinar se as diferenças observadas são estatisticamente significativas. Apenas se apresentam os resultados

para os desvios entre eleições e resultados finais transformados, dado que foi só nesse caso que os testes indicaram diferenças significativas a um nível de significância de 5%. Remete-se, porém, para anexo, os gráficos relativos aos restantes aspectos.

Para todos os partidos, em todos os aspectos considerados, observam-se desvios sobre os resultados finais tendencialmente inferiores aos calculados para os desvios sobre os resultados brutos. Isso quer dizer que as transformações aplicadas pelos institutos, como seria de esperar, aproximam de forma global os resultados das sondagens dos resultados das eleições. Todavia essas estimativas ainda se afastam da realidade em vários casos, como se pode constatar facilmente nos gráficos construídos (abaixo e em anexo).

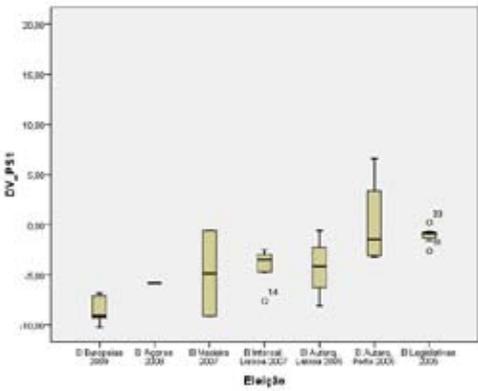
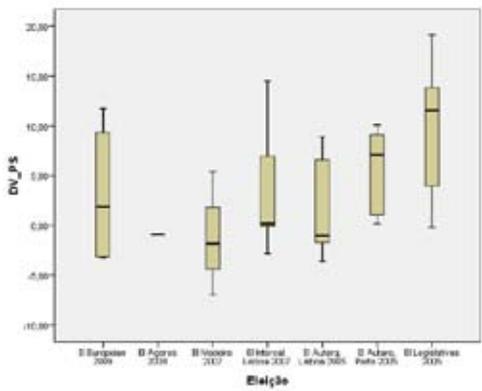
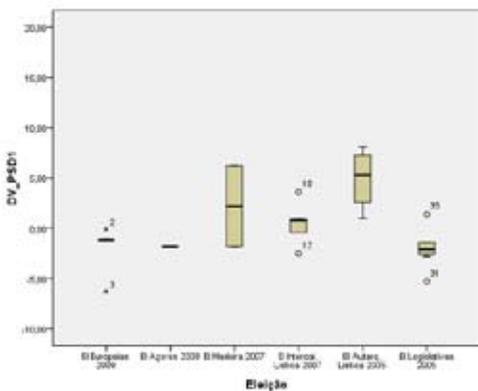
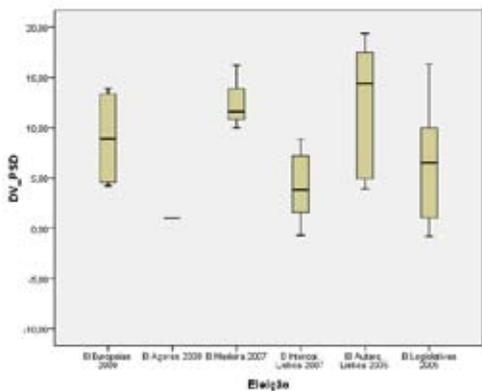
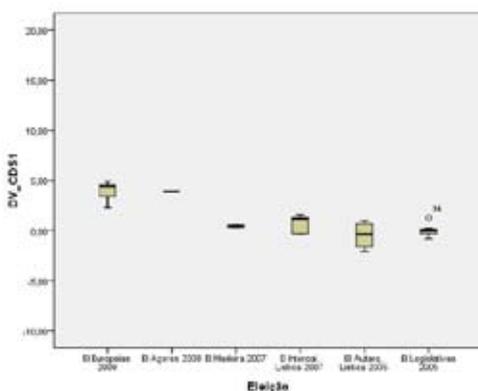
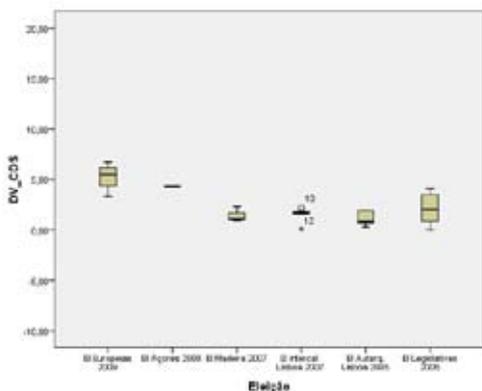
Vamos aqui analisar mais em pormenor os desvios por eleição, pois como se referiu acima, as diferenças observadas para os restantes não são significativas.

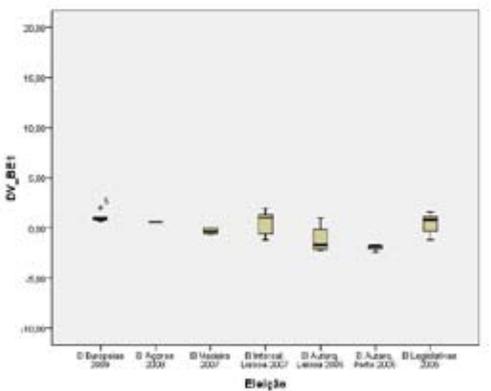
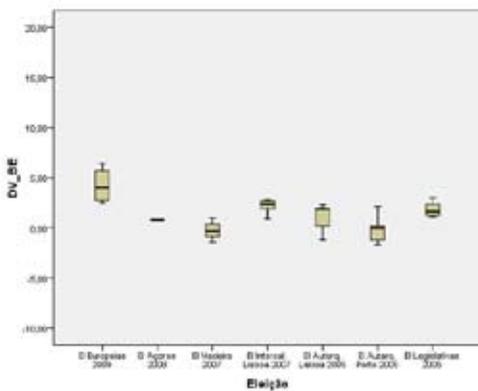
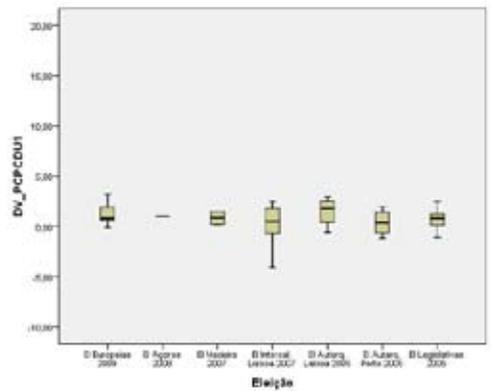
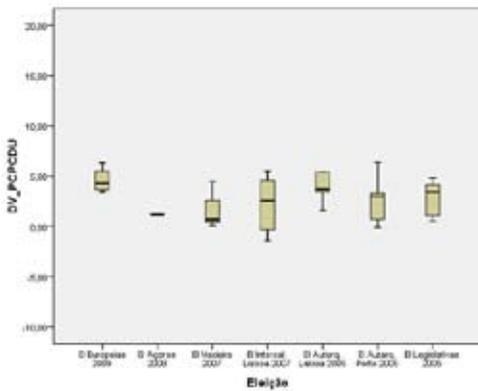
Tendo em conta os desvios sobre os resultados finais por eleição, podemos observar que:

- o PS e o PSD são os partidos para os quais os desvios apresentam uma maior variabilidade para a maior parte das eleições. Isso quer dizer que os resultados das diversas projecções não são coerentes para estes dois partidos.
- Os resultados das projecções para o PSD tenderam a ser subavaliados em todas as projecções para as eleições autárquicas 2005 de Lisboa e ligeiramente sobreavaliados nas projecções para as eleições legislativas de 2005.
- Com excepção das eleições legislativas 2005 e das autárquicas 2005 no Porto, os resultados das projecções para o PS tenderam a ser sobreavaliados em todas as projecções das restantes eleições, sobretudo no que respeita às eleições europeias de 2009.
- Os resultados do CDS nas projecções para eleições europeias de 2009 foram subavaliados em todas as projecções.
- Os resultados das projecções para o PCP-CDU, embora ligeiramente subavaliados, estão sempre muito próximos da realidade para todas as eleições em estudo.
- Os resultados das projecções para o BE, embora muito ligeiramente sobreavaliados nas autárquicas 2005 em Lisboa e Porto, estão sempre muito próximos da realidade, para todas as eleições analisadas.

Os resultados dos testes de hipóteses aplicados são coerentes

com as observações a nível descritivo (conforme tabela no final deste ponto), bem como as respectivas comparações múltiplas (que não apresentamos no relatório, para não sobrecarregar a sua leitura).





Testes de Kruskal-Wallis sobre os desvios de cada partido por eleição

(sem as eleições regionais 2008 dos Açores)

	Estadística de teste X^2	Graus de liberdade	Valor-p
DV_CDS1	12,961	4	,011
DV_PSD1	10,688	4	,030
DV_PS1	14,662	5	,012
DV_PCPCDU1	2,111	5	,834
DV_BE1	13,361	5	,020
DV_OUTBRANCNULOS1	14,371	5	,013

5.8.3. Análise multivariada – legislativas 2005 europeias 2009

Tomámos, para aplicação de análise estatística exploratória multivariada, os resultados das projecções das eleições legislativas de 2005 e das europeias de 2009, identificadas anteriormente como as mais distintas entre si, em termos dos desvios observados por partidos.

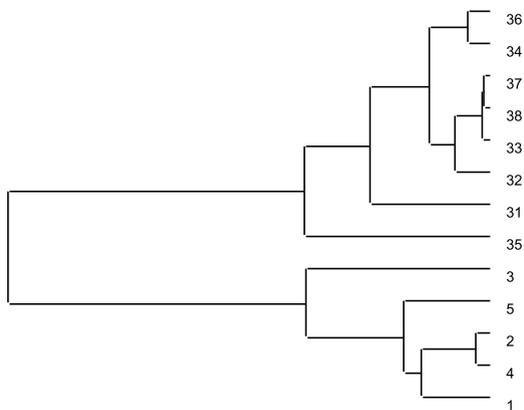
Utilizaram-se os métodos de análise em componentes principais (ACP) e análise classificatória hierárquica (CH - cluster analysis), com o objectivo de identificar e caracterizar eventuais padrões e/ou perfis entre os dados.

A aplicação de CH e ACP, em complementaridade, permite-nos identificar grupos ou classes (clusters) de projecções com um perfil próximo e caracterizá-las em termos dos desvios por partido (diferença entre resultados das eleições e resultados estimados das sondagens respectivas - variáveis activas na análise) e das restantes características em estudo, tais como empresa, universo, procedimento de amostragem e técnica de recolha (variáveis suplementares ou ilustrativas). Apresentaremos aqui, resumidamente, apenas os resultados obtidos com base nos desvios corrigidos.

Pela CH sobre as eleições identificamos 2 classes principais, conforme se pode visualizar no dendrograma (árvore) abaixo.

A primeira classe (1/2) reúne cinco projecções (itens na parte inferior da árvore), todas relativas às eleições europeias de 2009, enquanto a segunda classe (2/2) junta oito projecções, todas relativas às eleições legislativas de 2005, conforme podemos verificar nas tabelas logo a seguir. Os testes de hipóteses não-paramétricos apresentados nas duas colunas mais à direita das tabelas, testam a diferença entre a percentagem de cada modalidade (tipo de eleição) na classe e a percentagem dessa modalidade na amostra total e confirmam a análise descritiva.

A análise multivariada consegue, pois, identificar/separar perfeitamente, em duas classes (clusters), as projecções que respeitam a cada um dos dois tipos de eleição, com base nos desvios por partido. Cada um destes dois tipos de eleição vai ser caracterizado por um padrão determinado de desvios.



Classe 1 / 2 (n= 5 - 38.46%)

Variáveis	Modalidades	% da moda- lidade na Classe	% da moda- lidade na Amostra	% da classe na moda- lidade	Estatística de teste	Valor-p
Eleição	El Europeias 2009	100.00	38.46	100.00	3.16	0.001
Eleição	El Legislativas 2005	0.00	61.54	0.00	-3.16	0.001

Classe 2 / 2 (n= 8 - 61.54%)

Eleição	El Legislativas 2005	100.00	61.54	100.00	3.16	0.001
Eleição	El Europeias 2009	0.00	38.46	0.00	-3.16	0.001

O padrão de desvios associado a cada um dos dois tipos de eleições é descrito na tabela seguinte.

A classe 1 / 2, das projecções das eleições europeias de 2009, é caracterizada por subavaliar os resultados eleitorais do CDS e, de forma global, o desvio médio por candidato (médias dos desvios na classe positivas e superiores às respectivas médias na amostra) mas, sobretudo, por sobreavaliar excessivamente (médias dos desvios negativas na classe e na amostra, sendo a primeira mais do dobro da segunda, em valores absolutos) os resultados atingidos pelo PS. Simultaneamente, são subavaliados os outros votos, brancos e nulos.

A classe 2 / 2, das projecções das eleições legislativas de 2005, aliada a uma magnitude dos desvios menos importante, é caracterizada pelo efeito inverso: a subavaliação dos resultados eleitorais obtidos pelo PS está associada à sobreavaliação dos resultados nos outros votos, brancos e nulos, bem como do desvio médio por candidato e dos resultados do CDS.

Classe 1 / 2 (n= 5)

Variáveis	Média na Classe	Média na Amostra	Desvio-Padrão na Classe	Desvio-Padrão na Amostra	Estatística de teste	Valor-p
DV_CDS1	3.920	1.650	0.954	2.067	3.08	0.001
DESV_MED_CAND	3.500	2.241	0.545	1.198	2.95	0.002
DV_OUTBRANCNULOS1	4.180	2.833	1.933	1.798	2.10	0.018
DV_PS1	-8.500	-4.150	1.322	3.824	-3.19	0.001

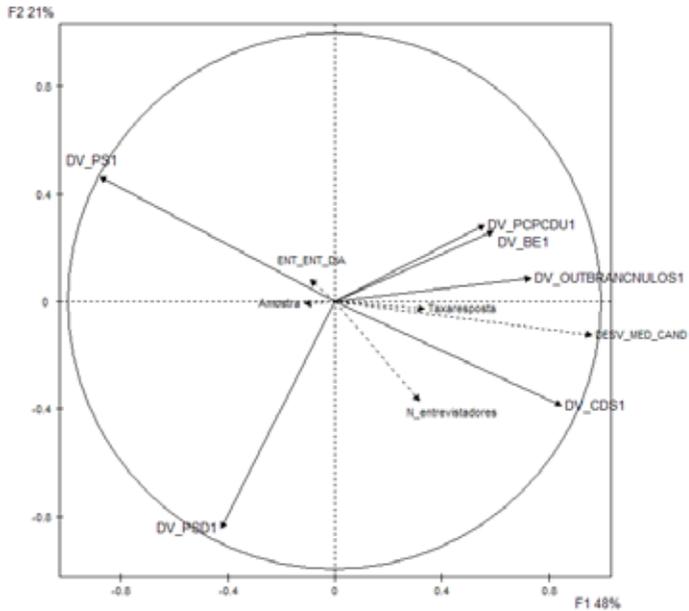
Classe 2 / 2 (n= 8)

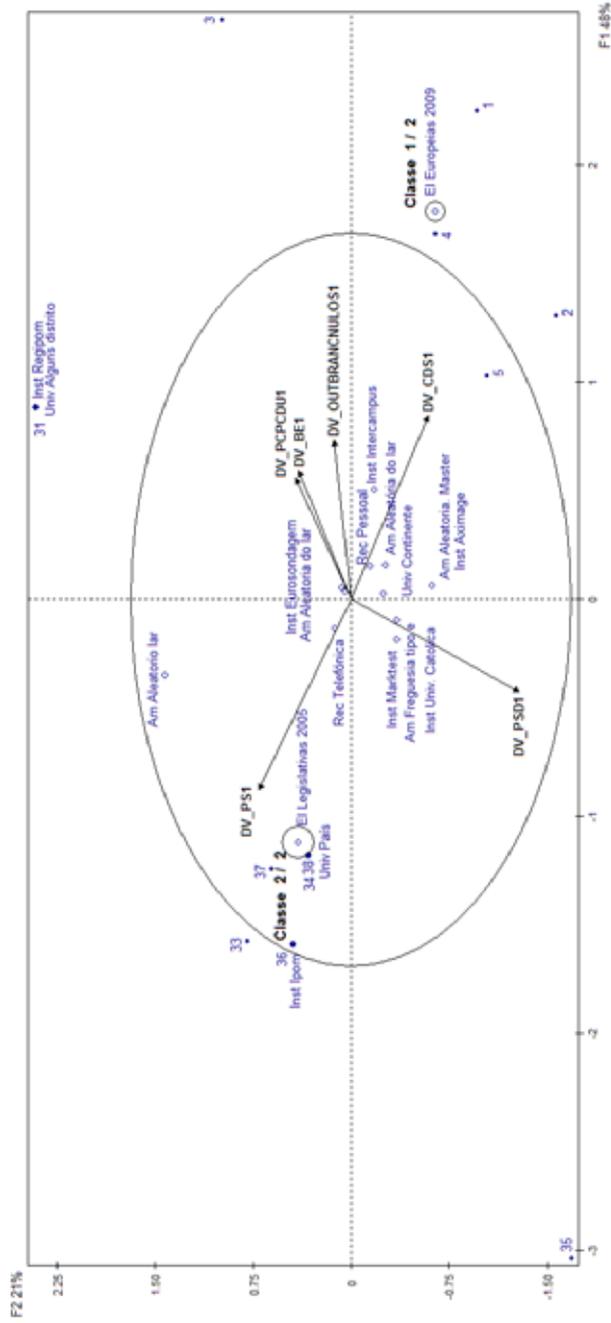
DV_PS1	-1.043	-4.150	0.803	3.824	3.19	0.001
DV_OUTBRANCNULOS1	1.871	2.833	0.808	1.798	-2.10	0.018
DESV_MED_CAND	1.341	2.241	0.555	1.198	-2.95	0.002
DV_CDS1	0.029	1.650	0.606	2.067	-3.08	0.001

Os dois gráficos seguintes representam o primeiro plano factorial da ACP e explicam 69% da variância global dos dados, sendo 48% para o primeiro factor F1 e 21% para o segundo factor F2.

Neles se pode facilmente visualizar o posicionamento relativo

- dos diferentes desvios (vectores DV_*),
- das duas classes de projecções (círculos de tamanhos proporcionais às dimensões das classes),
- das variáveis ilustrativas contínuas (desvio médio do candidato, número de entrevistadores, taxa de resposta, dimensão da amostra, número de entrevistas/entrevistador/dia), que, à excepção do desvio médio por candidato, registaram uma fraca correlação com os desvios,
- e das variáveis ilustrativas nominais (institutos, universo, procedimentos de amostragem e tipos de recolha).





Observando os gráficos acima (e apoiados nas tabelas habituais de valores dos indicadores de ajuda à interpretação da ACP, que não incluiremos aqui), verifica-se que:

- do lado direito do plano factorial, encontramos a classe 1 / 2 das Eleições Europeias de 2009, os vectores representativos dos desvios no PCP-CDU e no BE (DV_PCPCDU1 e DV_BE1, no 1º quadrante do plano e muito próximos), os relativos a outros, brancos e nulos (DV_OUTBRANCNULOS, quase sobre o eixo horizontal) e os desvios do CDS (DV_CDS1, no 4º quadrante).

- do lado esquerdo do plano, temos a classe 2 / 2, das Eleições Legislativas de 2005, com evidente proximidade ao vector representativo dos desvios no PS (DV_PS1, no 2º quadrante) e o PSD (DV_PSD1, no 3º quadrante).

O primeiro factor F1 (correspondente ao eixo horizontal) faz pois a oposição entre as duas classes de eleições, explicada essencialmente (ver também as tabelas anteriores) pelo CDS, OUTBRANCNULOS e PS. Os desvios do CDS e OUTBRANCNULOS caracterizam-se por subavaliação dos resultados eleitorais nas projecções das europeias e sobreavaliação nas legislativas. Os desvios do PS, do lado oposto (note-se a oposição quase perfeita entre os vectores do PS e do CDS), destacam-se pela sobreavaliação nas projecções das europeias e subavaliação nas legislativas. Trata-se, pois, de um factor de qualidade das projecções, que evidencia e opõe a (melhor) qualidade das realizadas para as eleições legislativas e a (muito pior) qualidade das realizadas para as eleições europeias.

Do lado das legislativas, podemos ainda distinguir a Universidade Católica, a Markttest e o Ipom, entre os institutos de sondagens, o tipo de recolha telefónica e a amostragem por freguesia tipo e amostragem aleatória lar.

Do lado das europeias temos, respectivamente, a Aximage, a Intercampus e a Regipom, o tipo de recolha pessoal e a amostragem por amostra aleatória master e por amostra aleatória do lar e quotas do entrevistado.

O segundo factor F2, que explica 21% da variância e corresponde ao eixo vertical, é um factor específico associado ao PSD, independente do factor global. Põe sobretudo em evidência que os desvios relativos ao PSD sofrem um efeito menor e distinto dos outros.

Os resultados das metodologias de análise multivariada aplicadas confirmam, ilustram e enquadram de forma global e precisa qual o perfil de desvios que se associa às projeções de cada um dos dois tipos de eleições considerados.

Acrescente-se que a análise multivariada sobre os desvios brutos, que não apresentamos, deu resultados diferentes, em particular no que se refere ao número e constituição das classes, identificando-se três classes principais, onde os desvios DV_BE, DV_PCPCDU e DV_PSD desempenham um papel mais importante na análise e os desvios relativos ao PS, DV_PS, aparecem isolados numa única classe.

Só um estudo mais aprofundado dos indecisos e da abstenção, ao longo do tempo, permitirá entender melhor o mecanismo de variação das tendências de voto até ao momento da eleição.

5.9. Ficha técnica

Analysaram-se as fichas técnicas das trinta e oito sondagens, verificando-se um preenchimento não sistematizado e incompleto em alguns campos, por parte de alguns institutos, principalmente nas sondagens menos recentes.

Analysou-se igualmente o novo modelo de ficha técnica, em conjugação com a lei, com as falhas de preenchimento verificadas na anterior e com a necessidade de sistematização e uniformização do seu preenchimento, o que permitiu a apresentação de uma proposta de ficha técnica, com vista á monitorização das sondagens publicadas.

Tal consta do ponto 7.2 (Sugestões de eventuais alterações da Ficha técnica).

6. ANÁLISE DE DIAGNÓSTICO DO FORO INTERPRETATIVO E COMUNICACIONAL DAS SONDAgens ANALISADAS

A interpretação pública dos resultados das sondagens relativas ao campo político é uma responsabilidade dos seus utilizadores e divulgadores, e estes são – conforme bem testemunham os Relatórios da Entidade Reguladora de 2007 e 2008 – maioritariamente órgãos de comunicação social. Mas esta é, de facto, a segunda interpretação dos dados de uma sondagem.

A primeira (conforme n.º 3, art.º 4.º da Lei n.º 10/2000, de 21 de Junho) é interna e cabe aos técnicos da empresa que a realizou, que devem interpretar tecnicamente os resultados obtidos com respeito pelos códigos éticos internacionalmente reconhecidos, em particular o Código ICC / ESOMAR (do qual uma versão em língua portuguesa foi este ano disponibilizada pela APODEMO).

A segunda interpretação é **editorial**, visando a publicitação e eventual comentário dos resultados da sondagem (nos quais já está incluída a interpretação **técnica**).

A interpretação editorial é particularmente sensível, pois corresponde a um interface entre o trabalho da entidade credenciada para a execução da sondagem e a opinião pública.

A lei vigente, no que respeita à publicação, difusão e interpretação dos dados obtidos através de sondagens de opinião, aponta genericamente para um tratamento de modo a “não falsear ou deturpar o seu resultado, sentido e limites”. É adicionalmente cometida aos órgãos de comunicação social (OCS) a obrigação de publicação/difusão de uma ficha técnica acompanhando o texto informativo, seja escrito ou oral (questão que adiante será abordada).

Uma questão central na informação (jornalística) sobre sondagens de opinião é que elas se transformaram na própria notícia, frequentemente como “manchete” ou abertura de noticiários ou telejornais.

A análise da informação impressa, radiofónica e televisiva (a informação na internet é sobretudo, até à data, uma repetição ou replicação desta) relativa aos mais recentes actos eleitorais evidencia o relevo da informação exclusivamente baseada ou decorrente de sondagens, sobrepondo-se muitas vezes a outros conteúdos informativos das campanhas.

A sondagem é hoje, por um lado, um investimento dos OCS e, por outro, informação com estatuto de “cacha” (acompanhada ou seguida por opinião). Ao esforço financeiro

parece corresponder a grande visibilidade editorial e, sempre que possível, novidade e surpresa. Além de que os resultados de uma sondagem de opinião – sobretudo em períodos eleitorais – tornam-se notícia que gera outras, tanto no campo noticiosos como no da opinião.

A análise da cobertura jornalística dos períodos e actos eleitorais englobados neste Relatório confirma tendências e desvios conhecidos neste tratamento informativo:

1. grande visibilidade da notícia centrada no resultado de sondagens, ou, mais concretamente, projecções;
2. interpretação editorial quase invariavelmente colada à informação (noticiosa) quantitativa;
3. enquadramento fortemente competitivo (em geral de recorte desportivo) entre candidaturas;
4. erros (de interpretação e técnicos) decorrentes desse tipo de perspectiva e da simplificação (de situações complexas) praticada.

Na realidade:

A imprensa é pródiga em dedicar “manchetes” às sondagens/projecções que encomendou, como já se referiu. A economia de escala que tem levado à partilha do investimento entre jornais e estações de rádio e de televisão também tem gerado efeitos miméticos no destaque informativo que as sondagens alcançam no conjunto dos média. A informação (baseada em resultados de sondagens) raramente é divulgada “em bruto”, pois é editorialmente interpretada, e muito frequentemente enquadrada pela ideia da competição desportiva: “Sondagem: PS à frente e Bloco bate PCP” - “Vital ganha por 5,3% a Paulo Rangel” - “Sondagem: ombro a ombro (...) deixa tudo em aberto até domingo” (exemplos de títulos da imprensa durante a última campanha eleitoral para as eleições europeias).

Sublinhe-se não estar em causa o natural e legítimo direito ao comentário e à editorialização nos OCS, mas apenas a informação incorrectamente interpretada (e os seus eventuais efeitos na opinião pública).

Acontece que a tendência interpretativa leva muitas vezes os OCS a transformar **observações** (de opiniões) em **prognósticos** (de resultados finais), e para esta confusão (do público) também contribui a interpretação técnica/apresentação dos resultados pelas empresas. A técnica da distribuição dos indecisos e não-respondentes transforma uma observação num prognóstico.

Raramente os OCS, cuja rotina é falar do que aconteceu, têm oportunidade – como nas sondagens/projecções eleitorais – de “noticiar” o futuro. Mas há sempre um risco de credibilidade – para as empresas e para os meios de comunicação - associado a esta reorganização de dados.

Daí que os resultados brutos de uma sondagem – à margem das projecções e outros estudos interpretativos produzidos pelas empresas, e igualmente sem prejuízo dos comentários publicados ou difundidos pelos OCS – se apresentem como a base mais solidamente representativa do trabalho de recolha de informação realizado e, simultaneamente, da correspondente notícia.

Outro elemento que concorre para a ideia da “corrida” entre candidatos e avoluma a incorrecção da informação jornalística é a virgula. De facto, os resultados apresentados até às décimas constituem um pretensão rigor, pois a precisão das metodologias utilizadas não suporta tal tipo de resultado.

A sondagem/projecção, como comprova o seu amplo uso, é um “produto” jornalístico atraente, mas os verdadeiros resultados desta forma de avaliação da opinião são bem menos jornalísticos: trata-se mais de um intervalo (balizado pela margem de erro) do que de um determinado número (muito menos com uma aproximação às décimas). Porém, a simplificação jornalística “impõe” o número “único” (em desfavor do intervalo).

O rigor informativo deveria impor maior relevo ao intervalo e utilização do número inteiro

Quando os factos (futuros) não coincidem (nos resultados eleitorais) com as interpretações jornalísticas (passadas), o prejuízo em credibilidade é repartido entre OCS e empresas, mas mais cobrado a estas quando os OCS titulam (recorrendo-se de novo às mais recentes eleições europeias): “Sondagens falham” ou “Deixe de confiar nas sondagens (...)”

A distinção ética e técnica factos-opinião corresponde, no campo das sondagens, a uma diferenciação entre resultados (brutos) da sondagem e interpretação (nomeadamente baseada em distribuição/projecção) ou comentário.

Mais especificamente, poderão encontrar-se três níveis técnicos e editoriais:

1. Factual (resultados brutos da sondagem)
2. Analítico (distribuição/projecção de resultados, estudos baseados nos resultados)
3. Opinativo (comentário político)

O primeiro nível é essencialmente técnico e corresponde ao resultado do trabalho das empresas credenciadas; o terceiro é de natureza editorial; no segundo coexistem interpretação técnica e editorial. Por estudos entendem-se, por exemplo, as perspectivas de distribuição de mandatos resultantes de uma determinada projecção de resultados, etc.

A relação OCS - empresas credenciadas não se deverá circunscrever à área comercial, pois da proximidade entre ambos poderão resultar os esclarecimentos necessários a um maior rigor informativo. Tal contacto é internacionalmente reconhecido como uma boa prática. Assim se podem evitar muitos erros e incorrecções.

A multiplicação exponencial da informação gerada pela internet vem agravando um problema que a actual lei já aborda: a da segunda e terceira publicação de uma sondagem. A lei (nº 4, artº 7º) impõe a referência à publicação inicial (local e data) e ao responsável. Deveria incluir-se também a fonte da informação (é frequente um partido ou candidato fornecer a vários OCS, nomeadamente regionais e sites da internet, uma sondagem que lhe é favorável) para a informação ser mais transparente.

É igualmente bem visível, ao analisar-se a cobertura informativa nacional e regional bem como a internet, a tentadora, mas errónea, comparação entre resultados de diferentes sondagens/projecções. Só um conhecimento técnico aliado à competência jornalística poderá obviar a tais erros e prejuízos junto da opinião pública. Uma questão que a auto-regulação e a formação especializada deveriam ajudar a resolver.

A informação editorial sobre uma sondagem tem que conter (independentemente da Ficha técnica que a acompanhar) elementos-chave para o rigor, a ética e a transparência informativa: quem encomendou, quem realizou, qual o universo em causa, o procedimento de amostragem, quantos e quando foram inquiridos, a percentagem de não-respondentes, a margem de erro.

Em particular, no que respeita à identificação do cliente da sondagem a regra deve ser muito clara: não poderá haver publicação/difusão de uma sondagem por um OCS sem identificação de quem encomendou (e, em certos casos, forneceu ao OCS) os seus resultados.

Os livros de estilo das redacções ou, à margem deles, um manual prático de “sins” e “não-s”, deveriam conter as regras técnicas e éticas básicas para o correcto tratamento jornalístico de sondagens de opinião.

7. SUGESTÕES DE EVENTUAIS ALTERAÇÕES A EFECTUAR NA LEGISLAÇÃO, FICHA TÉCNICA, APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS E LIMITAÇÕES INFORMATIVAS

7.1. Legislação

A Lei nº 10/2000 de 21 de Junho apontava outros domínios além do político (nº 3, artigo 1º), mas as sondagens e inquéritos de opinião noutros domínios de interesse público, nomeadamente social e cultural, nunca foram reguladas.

A importância das questões sociais e o recurso regular a sondagens e inquéritos de opinião para os abordar – com divulgação pública nos OCS – merece ser reflectida e integrada em futura legislação. Nela se regularia a credenciação e as formas de apresentação e divulgação desses estudos, e muito em particular, uma mais correcta definição de “inquéritos de opinião”, diferenciando-os de formas de opinião voluntária que os meios audiovisuais e a internet favorecem.

A publicação ou não publicação de uma sondagem é uma decisão editorial de um OCS, mesmo que a tenha encomendado. Poderá assim haver conflito entre a não divulgação mediática e a publicitação (total ou parcial) dessa sondagem decorrido um determinado do período sobre o seu depósito legal. Tal situação recomendará que a publicitação legal decorra da divulgação mediática.

A nova realidade comunicacional gerada pela participação/intervenção individual e colectiva na internet, à margem ou em paralelo com os sítios dos meios de comunicação tradicionais, também deverá ser equacionada numa futura revisão da lei.

Por princípio, quem divulgar (em primeira mão) resultados de sondagens ou inquéritos de opinião deverá obedecer aos critérios legalmente estabelecidos para tal divulgação.

Uma alteração a equacionar diz respeito ao autor do depósito, que poderá, com vantagens para a confidencialidade de dados não publicados, passar a ser feita pelo cliente/divulgador da sondagem, continuando a competir à empresa credenciada a elaboração da ficha técnica.

No entanto, a transferência da passagem da responsabilidade de depósito da empresa credenciada para a empresa cliente/divulgadora cria um potencial problema que tem que ser acautelado - a possibilidade de divulgação só de aspectos positivos para o candidato ou partido. Tal já agora pode acontecer, em teoria, pois o depósito pode não ser feito para a totalidade das perguntas da sondagem, mas só para aquelas que o encomendador, que não meio de comunicação, deseja facultar.

É, no entanto, um ponto a merecer a atenção da ERC.

Outra alteração refere-se ao texto do Artigo 2º - Definições, onde a definição da amostra na alínea c) é confusa; aconselha-se a, pelo menos, substituir a palavra “apresentar” por “representar”.

Uma outra alteração possível diz respeito à publicação dos inquéritos de opinião sobre os temas constantes das alíneas a), b) e c) do ponto 1 do Artigo 2º da Lei 10/2000, que as empresas credenciadas parecem desejar que passem a ser objecto de depósito e avaliação, ainda que com uma ficha técnica bastante simplificada, após reformulação da definição de “inquérito de opinião”.

Outra alteração dirá respeito ao que obrigatoriamente se passará a incluir na Ficha técnica e a apresentar à ERC periodicamente.

7.2. Ficha técnica

A Ficha técnica a que os OCS são obrigados deve ser mínima (tendo em conta que a informação técnica depositada sobre a sondagem deve ser máxima e, de forma adequada, disponível ao público via internet).

Passar um quadro cheio de texto na televisão, debitar rapidamente na rádio uma série de elementos técnicos, publicar em letra minúscula um quadro de referências no fundo de uma página são acções de muito reduzida eficácia, sobretudo face à possibilidade de esses e outros elementos técnicos serem consultados via internet.

Porém, o rigor e a transparência da sondagem exigem que, no acto da publicação/difusão, os elementos nucleares sejam conhecidos:

- a) Entidade responsável pela realização
- b) Cliente/clientes
- c) Objectivo central
- d) Universo
- e) Procedimento de amostragem
- f) Amostra (número de pessoas inquiridas)
- g) Taxa de resposta
- h) Indicação de dados brutos e (quando houver) indecisos e não respondentes redistribuídos, bem como a forma como foram redistribuídos
- i) Data do trabalho de recolha da informação
- j) Margem de erro.

Esta informação, se for incluída na própria notícia, dispensará a ficha complementar (na imprensa e no audiovisual), mas será acrescentada se algum dos dados não constar da notícia.

Para permitir uma monitorização expedita, torna-se importante que a anotação das indicações na Ficha técnica seja o mais objectiva possível e que exista preocupação com o seu preenchimento.

Não se deixa de realçar a sua extensão e a natureza da informação solicitada, o que obrigará a afectação de meios administrativos por parte das empresas credenciadas para o seu preenchimento. Mas ela “responde” à Lei 10/2000 de 21 de Junho, que torna obrigatório o fornecimento desta informação.

Para além de um reordenamento dos temas considerados, tendo em linha de conta o fluxo das diferentes fases da investigação, acrescentou-se o pedido de alguns dados que, quanto a nós, são importantes para ajudar a avaliar a qualidade dos resultados, em detrimento de outros não tão relevantes.

Sugere-se que:

- a “identificação das pessoas e/ou entidades que colaboraram na sondagem” (ponto 3 da actual Ficha técnica) seja necessária somente para pessoas e entidades externas à empresa;
- a “Ficha síntese de caracterização socioprofissional” (ponto 4 da actual Ficha técnica) seja entregue na ERC, com periodicidade a definir, deixando de constar da actual Ficha técnica;
- a “quantificação do universo” (ponto 7,2), “as fontes” (ponto 7,3) e o “número mínimo de entrevistas por entrevistador” (ponto 11.3) sejam suprimidos da Ficha técnica;
- a “indicação de eventuais enviesamentos que os não respondentes possam introduzir” (ponto 11.5.1) passe a constar da interpretação técnica dos resultados que deve acompanhar a sondagem;
- seja avaliado se a identificação nominal dos “técnicos responsáveis pela realização/supervisão dos trabalhos de recolha de informação ou interpretação técnica dos resultados” é passível de colocar questões em sede de CNPD e se infringe o acordo de Cotunu.

No entanto, é importante tomar algumas medidas para que a ficha técnica seja preenchida pelas empresas credenciadas com qualidade e em todos os campos que se aplicam.

Tal não acontece com todas as fichas técnicas das sondagens analisadas, onde se constatou falta de indicação do número de entrevistadores, falta do texto das perguntas, informações aplicáveis não fornecidas tal como inspecção, dimensões diferentes da amostra para uma mesma sondagem, etc.

As alterações propostas são:

a) A “Ficha síntese de caracterização socioprofissional dos técnicos responsáveis pela realização/supervisão dos trabalhos de recolha de informação ou de interpretação técnica dos resultados” deve ser retirada da Ficha técnica e entregue à ERC, com periodicidade a definir;

b) Colocação no ponto 8.1 da dimensão da amostra obtida e da amostra prevista (ponto 8.5 da ficha em vigor);

c) Especificação da distribuição geográfica dos inquiridos (ponto 8.2) e da composição da amostra quanto a sexo e idade, instrução/escolaridade e posição perante o trabalho (ponto 8.3), permitindo a comparação entre a amostra proporcional ao universo, a amostra obtida e amostra ponderada/equilibrada (se existiu ponderação) e, logo, do seu enviesamento relativamente ao universo;

d) Sistematização dos procedimentos de amostragem e selecção no ponto 9; Parece ser recomendável indicar, de modo uniforme e o mais claramente possível, o procedimento de amostragem usado e o processo de selecção de unidades iniciais, intermédias e finais (tal como o faz a Universidade Católica), com vista a facilitar o processo de monitorização dos resultados das sondagens;

e) O questionário com as questões e documentos apresentados aos inquiridos relativos à sondagem objecto de depósito (listas, cartões, boletim de voto, etc) devem constar do ANEXO I;

No caso de estudos multiclientes, o ANEXO I deverá conter o texto integral das questões e documentos apresentados aos inquiridos, com a menção do número total de perguntas do questionário e o número de ordem das perguntas relativas à sondagem;

f) Simplificação do preenchimento do quadro do ponto 9.4 da ficha técnica em vigor (ponto 11.2 proposto);

g) Pedido da indicação, quando aplicável a recolha por entrevista telefónica, se somente são considerados os números de telefone fixo ou também de móveis;

h) Pedido da indicação específica do número de recusas no ponto 11.5;

i) Acréscimo do pedido do coeficiente de ponderação mínimo no ponto 12. (tal como o coeficiente máximo, tem influência na qualidade dos dados);

O quociente entre o valor máximo e o valor mínimo dos factores de ponderação é um indicador da qualidade da informação;

As variáveis de ponderação usadas (se aplicável) permitem constatar se a amostra foi equilibrada por último voto ou não;

j) Consideração de um quadro no ponto 13.1 (que deve ser obrigatório publicar) que permite comparar diferentes sondagens com a mesma técnica de recolha e monitorizar essas mesmas sondagens;

As indicações nele contidas permitem eliminar as questões 10.2 e 10.3 da ficha técnica em vigor;

É importante que a abstenção seja estimada pela sondagem e obrigatoriamente indicada na Ficha técnica, pois é um indicador da maior ou menor aproximação à realidade esperada, muito embora tenha que ser considerada com as precauções já referidas;

j) O quadro com as margens de erro estatístico máximo para o total da amostra e associado a cada ventilação e os níveis de significância estatística das diferenças entre os segmentos analisados só tem sentido para sondagens probabilísticas. É importante que a base de cálculo para o erro na estimativa do voto expresso não seja a dimensão da amostra, mas sim a dimensão da amostra menos a sub-amostra que declara abster-se;

No caso de sondagens por quotas, a indicação da margem de erro tem um sentido meramente indicativo do erro que se correria se ela fosse probabilística. Mas como não o é, o erro pode ser muito maior, maior, menor ou muito menor, pelo que em nosso entender se deve claramente referir que “o erro é desconhecido. Se fosse utilizado um procedimento probabilístico, o erro de amostragem máximo seria de x%”;

k) Eliminação dos pontos 7.2, 7.3 e 11.3 (número mínimo de entrevistas por entrevistador).

Por último, as empresas credenciadas deveriam fazer a interpretação técnica dos resultados, tal como o determina o ponto 3 do Artigo 4º da Lei 10/2000 de 21 de Junho, com a indicação de eventuais enviesamentos (ponto 11.5.1 da actual Ficha técnica), o que seria um suporte valioso para a interpretação editorial.

PROPOSTA DE **FICHA TÉCNICA PARA O DEPÓSITO DE SONDAGEM**

(de acordo com o artigo 6º da Lei nº 10/2000 de 21 de Junho)

1. Entidade responsável pela realização da sondagem:

art.º 6º/1/a: “A denominação e a sede da entidade responsável pela sua realização”

2. Identificação do técnico responsável:

art.º 6º/1/b, 1ª parte: “A identificação do técnico responsável pela realização da sondagem”

3. Identificação das pessoas e/ou entidades externas que colaboraram de forma relevante na realização da sondagem (consultores, subempregada, outra)

art.º 6º/1/b, 2ª parte: “e, se for caso disso, das entidades e demais pessoas que colaboraram de forma relevante nesse âmbito”

4. Ficha síntese de caracterização socioprofissional dos técnicos responsáveis pela realização/supervisão dos trabalhos de recolha de informação ou de interpretação técnica dos resultados (nos casos em que as fichas de caracterização socioprofissional dos respectivos técnicos já se encontrem no processo de credenciação da empresa, apenas é necessário indicar o seu nome)

art.º 6º/1/c: “Ficha síntese de caracterização socioprofissional dos técnicos que realizaram os trabalhos de recolha de informação ou de interpretação técnica dos resultados”

art.º 2º/d) da Portaria 118/2001 de 23 de Fevereiro: “Recorram unicamente a indivíduos com capacidade eleitoral activa na recolha de dados junto da população”

(a eliminar)

5. Identificação do cliente/clientes

art.º 6º/1/d: “A identificação do cliente”

6. Objectivos da sondagem:

6.1. Objectivo central

art.º 6º/1/e, 1ª parte: “O objecto central da sondagem de opinião”

6.2. Eventuais objectivos intermédios (secundários) que com ele se relacionem

art.º 6º/1/e, 2ª parte: “eventuais objectivos intermédios que com ele se relacionem”

7. Universo do estudo:

7.1. Descrição

artº 6º/1/f, 1ª parte: “A descrição do universo do qual é extraída a amostra”

7.2. Quantificação (se impossível indicar a razão)

artº 6º/1/f, 2ª parte: “... e a sua quantificação”

(a eliminar)

7.3. Fonte(s):

(a eliminar)

8. Amostra:

8.1. Amostra prevista e amostra obtida

art.º 6º/1/g; g, 2ª parte) “O número de pessoas inquiridas (...) evidenciando-se a amostra prevista e a obtida”

Foram efectuadas _____ entrevistas para uma previsão inicial de _____..

8.2. Distribuição geográfica dos inquiridos⁶:

artº 6º/1/g, 2ª parte: “... e a sua distribuição geográfica”

	Amostra				
	Universo	Prevista	Obtida	% proporcional ao universo	% obtida ponderada
NUTS/Região/distrito/ Concelho/freguesia					
	N=	n=	n=	100,0	100,0 100,0
Dimensão da localidade/ habitat					
	N=	n=	n=	100,0	100,0 100,0

6 Por exemplo, no caso de o Universo ser todo o território nacional (Continente + Ilhas) discriminar o n.º/% de entrevistados por regiões ou distritos e regiões autónomas; no caso de o Universo ser Portugal Continental, discriminar o n.º/% de entrevistados por regiões ou distritos; no caso de o Universo ser distrital, discriminar o n.º/% de entrevistados por concelhos desse(s) distrito(s); no caso de o Universo ser concelhio, discriminar o n.º/% de entrevistados por freguesias desse(s) concelho(s).

8.3. Composição da amostra:

Preencha a seguinte tabela com as variáveis que utilizou na composição da amostra (indique as categorias discriminando o n.º e % de inquiridos)

artº 6º/1/g, 3ª parte: "...e composição, evidenciando-se a amostra prevista e a obtida"

	Amostra					
	Universo	Prevista	Obtida	% proporcional ao universo	% obtida	% ponderada
Sexo x idade						
Homens 18 a 34 anos						
Homens 35 a 54 anos						
Homens mais 54 anos						
Mulheres 18 a 34 anos						
Mulheres 35 a 54 anos						
Mulheres mais 54 anos						
N=	n=	n=	100,0	100,0	100,0	
Instrução/escolaridade						
Sem estudos ou básico incompleto						
Básico completo						
Secundário completo						
Superior completo						
N=	n=	n=	100,0	100,0	100,0	
Posição perante o trabalho						
Activo						
Não activo						
N=	n=	n=	100,0	100,0	100,0	
Outro:descrevime						
N=	n=	n=	100,0	100,0	100,0	

9. Amostragem:

9.1. Procedimentos de amostragem utilizados

Só aleatórios.....

Só não aleatórios

Aleatórios e não aleatórios

9.1.1. Aleatórios

(marque com X)

Estratificada por... (marque todos as variáveis que se aplicam)

Variáveis de estratificação	
NUTS II/III	
Distrito/Concelho/Freguesia	
Região	
Dimensão da localidade/habitat	
Outra/s (qual/is?): _____	

Não estratificada:

Simple	
Sistemática	
Conglomerados/clusters	
Outra (qual?): _____	

9.1.2. Não Aleatórios

(marque com X)

Quotas	
Outra (qual?): _____	

9.1.3. Caso tenham sido combinados vários procedimentos de amostragem, explicito pormenorizadamente o procedimento seguido:

9.2. Base de amostragem:

(marque com X)

Base de amostragem	(marque o que se aplica)
Listas telefónicas	
Registos eleitorais	
Listagens próprias (associados, membros, militantes, etc.)	
Residências	
Freguesias-tipo	
Outra (qual?): _____	

9.3. Descrição da metodologia de selecção da amostra. Técnicas de selecção de unidades até aos inquiridos

artº 6º/1/h: A descrição da metodologia de selecção da amostra, referenciando-se os métodos sucessivos de selecção de unidades até aos inquiridos;

9.3.1. Modo de selecção das unidades intermédias (domicílios, nºs. de telefone, etc.) que integram a base de amostragem?

9.3.2. Modo de selecção dos indivíduos

(marque com X)

Aleatória	Método de Kish	
	Último/próximo aniversário	
	Outro (qual?): _____	
Quotas	Variáveis de controlo:	
	NUTS II/III	
	Distrito/Concelho/Freguesia	
	Região	
	Dimensão da localidade/habitat	
	Sexo	
	Idade	
	Sexo cruzado por idade	
	Situação na profissão	
	Instrução	
	Outra (qual?): _____	

9.4. Caracterização técnica das sondagens realizadas em Painel (número de elementos, selecção, rotação e outros dados relevantes)

art.º 6º/1/i: “No caso de sondagens realizadas com recurso a um painel, caracterização técnica desse painel, designadamente quanto ao número de elementos, selecção ou outra caracterização considerada relevante”

Painel

Número de elementos	
% de Rotação	
Periodicidade da Rotação	(marque com X o que se aplica)
Mensal	
Trimestral	
Semestral	
Anual	
Método de selecção do Painel	(marque com X o que se aplica)
Aleatória	
Quotas	

10. Texto integral das questões e/ou documentos apresentados aos inquiridos relativos à sondagem objecto de depósito:

art.º 6º/1/r: “O texto integral das questões colocadas e de outros documentos apresentados às pessoas inquiridas”

O questionário com as questões e os documentos apresentados aos inquiridos relativos à sondagem objecto de depósito (listas, cartões, boletim de voto, etc.) devem constar do ANEXO I.

No caso de estudos multicientes, o ANEXO I deverá conter o texto integral das questões e documentos apresentados aos inquiridos, com a menção do número de perguntas do questionário e o número de ordem das perguntas relativas à sondagem.

11. Recolha da informação:**11.1. Técnica utilizada na recolha, qualquer que seja a sua natureza**

art.º 6º/1/j: “A indicação do método utilizado para a recolha de informação, qualquer que seja a sua natureza”

(marque com X)

Telefone	CATI	
	Telefone e papel	
	Outro.Qual? _____	
	Só telefone fixo	
	Telefone fixo e móvel	
	Só telefone móvel	
Pessoal	Entrevista com leitura de perguntas	
	Com recurso a voto em urna	
	À boca da urna	
Outro: qual: _____		

11.1.1. (Se pessoal) Nº de pontos de amostragem: _____ localidades.

11.2. Data (s) em que ocorreu a recolha de informação

art.º 6º/1/u: “A data ou datas em que tiveram lugar os trabalhos de recolha de informação”

Data de início da recolha --/--/----

Data de fim de recolha --/--/----

Intervalos temporais de recolha da informação

Manhã	Tarde	Noite
Das 10h às 13h	Das 14:30 às 19h	Das 20h às 22h

11.3. Caracterização da Recolha da Informação

Número de entrevistadores que realizaram a recolha dos dados: _____

Número mínimo de entrevistas por entrevistador: _____ (a eliminar)

Número máximo de entrevistas por entrevistador: _____

11.4. Métodos de inspeção e percentagem de entrevistas inspeccionadas

art.º 6º/1/m: “A indicação dos métodos de controlo da recolha de informação e da percentagem de entrevistas controladas”

(marque com X)

Métodos de inspeção	% de entrevistas inspeccionadas	Número de entrevistadores inspeccionados	Número de entrevistas anuladas
Pessoal			
Telefónico			
Outro. Qual? _____			

Nota: Pretende-se obter a % de entrevistas inspeccionadas por revisita/recontacto/audição/etc.

11.5. Taxa de resposta obtida⁷

art.º 6º/1/o: “A taxa de resposta e indicação de eventuais enviesamentos que os não respondentes possam introduzir”

Número de recusas: _____

$$\text{Taxa de resposta} = \frac{\text{EC}}{(\text{EC} + \text{EP}) + (\text{R} + \text{NC})} = \text{____, ____\%}$$

Legenda: EC = Entrevistas Completas

EP = Entrevistas Parciais/incompletas

NC = Não Contactos (casos em que é confirmada a existência de um inquirido elegível (na habitação ou n.º de telefone previamente seleccionados), mas com o qual não é possível, por incapacidade ou qualquer outra razão impeditiva, o contacto para a realização da entrevista)

R = Recusas (pressupõe o contacto com o potencial entrevistado/inquirido)

⁷ A taxa de resposta pode ser calculada com recurso a diferentes fórmulas, desde que as mesmas sejam devidamente explicitadas e legendadas de modo a que seja possível reconstituir o seu cálculo. Exemplos de taxas de resposta podem ser encontrados no seguinte relatório da AAPOR: The American Association for Public Opinion Research. 2008. *Standard Definitions: Final Dispositions of Case Codes and Outcome Rates for Surveys. 5th edition*. Lenexa, Kansas: AAPOR. (recuperado de http://www.aapor.org/uploads/Standard_Definitions_04_08_Final.pdf)

11.5.1. Indicação de eventuais enviesamentos que os não respondentes possam introduzir

art.º 6º/1/0, 2ª parte: “...e indicação de eventuais enviesamentos que os não respondentes possam introduzir”

(a eliminar)

11.6. Indicação das fontes utilizadas, em caso de estudos documentais

art.º 6º/1/1: “A data ou datas em que tiveram lugar os trabalhos de recolha de informação”

12. Métodos de ponderação/equilíbrio da amostra e coeficientes máximo e mínimo de ponderação eventualmente utilizados

art.º 6º/1/t: “Os métodos e coeficientes máximos de ponderação eventualmente utilizados”

Variáveis de ponderação: _____

Coefficiente máximo: _____

Coefficiente mínimo: _____

13. Resultados da sondagem:

13.1. Resultados anteriores a qualquer distribuição de indecisos, de não votantes / abstencionistas

art.º 6º/1/n: Resultados brutos de sondagem, anteriores a qualquer ponderação e a qualquer distribuição de indecisos, não votantes e abstencionistas

art.º 6º/1/p, 2ª parte: bem como, no caso de sondagens que tenham por objecto intenções de voto, a percentagem de pessoas que declararam que se irão abster, sempre que se presume que a mesma seja susceptível de alterar significativamente a interpretação dos resultados

art.º 6º/1/p, 1ª parte: A indicação da percentagem de pessoas inquiridas cuja resposta foi «não sabe/não responde»,

Resultados brutos	%
Abstenção	
Partido A	
Partido B	
Partido C	
.....	
Outros	
Branco/Nulos	
Não sabem	
Não respondem	
	100

13.2. Distribuição de indecisos: descrição pormenorizada das hipóteses e modelo em que se baseia

art.º 6º/1/q: Sempre que seja efectuada a redistribuição dos indecisos, a descrição das hipóteses em que a mesma se baseia

14. Margem de erro estatístico máximo do total da amostra e associado a cada ventilação, e os níveis de significância estatística das diferenças entre segmentos analisados

art.º 6º/1/s: “A margem de erro estatístico máximo associado a cada ventilação, assim como o nível de significância estatística das diferenças referentes aos principais resultados da sondagem de opinião”

15. Nome e cargo do responsável pelo preenchimento da Ficha Técnica

art.º 6º/1/v: “O nome e cargo do responsável pelo preenchimento da ficha”

....., de.....de 200...

.....

(Assinatura)

ANEXO I

Questionário com as questões apresentadas e os documentos apresentados aos inquiridos relativos à sondagem objecto de depósito (listas, cartões, boletim de voto, etc) .

No caso de estudos multiclientes, este ANEXO deverá conter o texto integral das questões e documentos apresentados aos inquiridos, com a menção do número total de perguntas do questionário e o número de ordem das perguntas relativas à sondagem.

7.3 Apresentação de resultados

Todas as empresas credenciadas que produziram as sondagens em análise, excepção feita á Universidade Católica, indicam os valores em percentagem com uma decimal (ou mesmo duas, no caso da Regipom).

Tal facto sugere um rigor dos valores apresentados que a sondagem não tem, pelo que é de aconselhar que as empresas passem a fornecer os dados percentuais, em valores inteiros.

Tal evitará que os meios de comunicação social façam referências a perdas ou ganhos de décimas.

Haverá que sensibilizar algumas empresas credenciadas que não o fazem, para entregarem uma interpretação técnica dos resultados, tal como se estipula no ponto 3 do Artigo 4º da Lei 10/2000, de 21 de Junho, que se reputa de valiosa ajuda para a interpretação editorial.

Em nossa opinião, haverá ainda que tornar obrigatória a publicação do quadro dos resultados anteriores a qualquer distribuição de indecisos, não respondentes / abstencionistas (ponto 13.1 de Ficha técnica proposta).

A distribuição dos indecisos e não respondentes, se a houver, terá que ser fundamentada pela empresa credenciada e explicitada na publicação.

7.4 Limitações informativas

Como foi atrás referido, seria muito útil a elaboração de um pequeno manual sobre procedimentos correctos e incorrectos no tratamento editorial de sondagens.

Este manual promoveria mais rigor e transparência entre todos os que, na comunicação social tradicional ou na internet, se ocupassem, regular ou pontualmente, da divulgação pública de sondagens de opinião.

Por outro lado, a frequência, pertinência e destaque mediático de sondagens e inquéritos de opinião, recomenda uma especialização jornalística nesta área.

A análise do trabalho publicado evidencia que o rigor informativo aumenta com a permanência dos mesmos profissionais no tratamento editorial de sondagens.

Isto fundamenta outra sugestão: a criação de um curso-modelo (de curta duração) visando a especialização de jornalistas. Tal modelo poderia ser protocolado, em termos a considerar, com entidades de ensino e formação.

8. SUGESTÕES DE MONITORIZAÇÃO DOS DADOS PUBLICADOS ADOPTANDO CRITÉRIOS QUE PERMITAM A COMPARABILIDADE ENTRE OS RESULTADOS APRESENTADOS PELAS EMPRESAS.

Os dados publicados devem ser monitorizados e acompanhados pela ERC, nomeadamente, no que se refere à distribuição geográfica e composição da amostra (por isso é importante haver o máximo de sistematização “imposta” possível, para facilitar a comparação) e aos resultados brutos, tal como descritos no quadro da ficha técnica, por universo e, dentro deste, por técnica de recolha de dados.

Em nossa opinião, não é lícita a comparação de dados de sondagens que utilizam recolha pessoal/presencial com dados de sondagens que utilizem recolha telefónica, pois dizem respeito a universos diferentes.

Sugere-se que a ERC, através de um programa informático, a partir da introdução dos dados da Ficha técnica, com especial importância para o quadro de valores de voto nos partidos e brancos/nulos constantes do quadro 13.1- proposta de Ficha técnica -, passe a calcular os diferentes intervalos de confiança (com níveis de significância de 5% e 1%) e, analisando tendências, ponha em evidência dados que saiam fora dos limites previstos, alertando para a necessidade de uma análise das bases técnicas da sondagem em questão. Tal ajudará a análise dos dados publicados da sondagem.

Pontos a monitorizar:

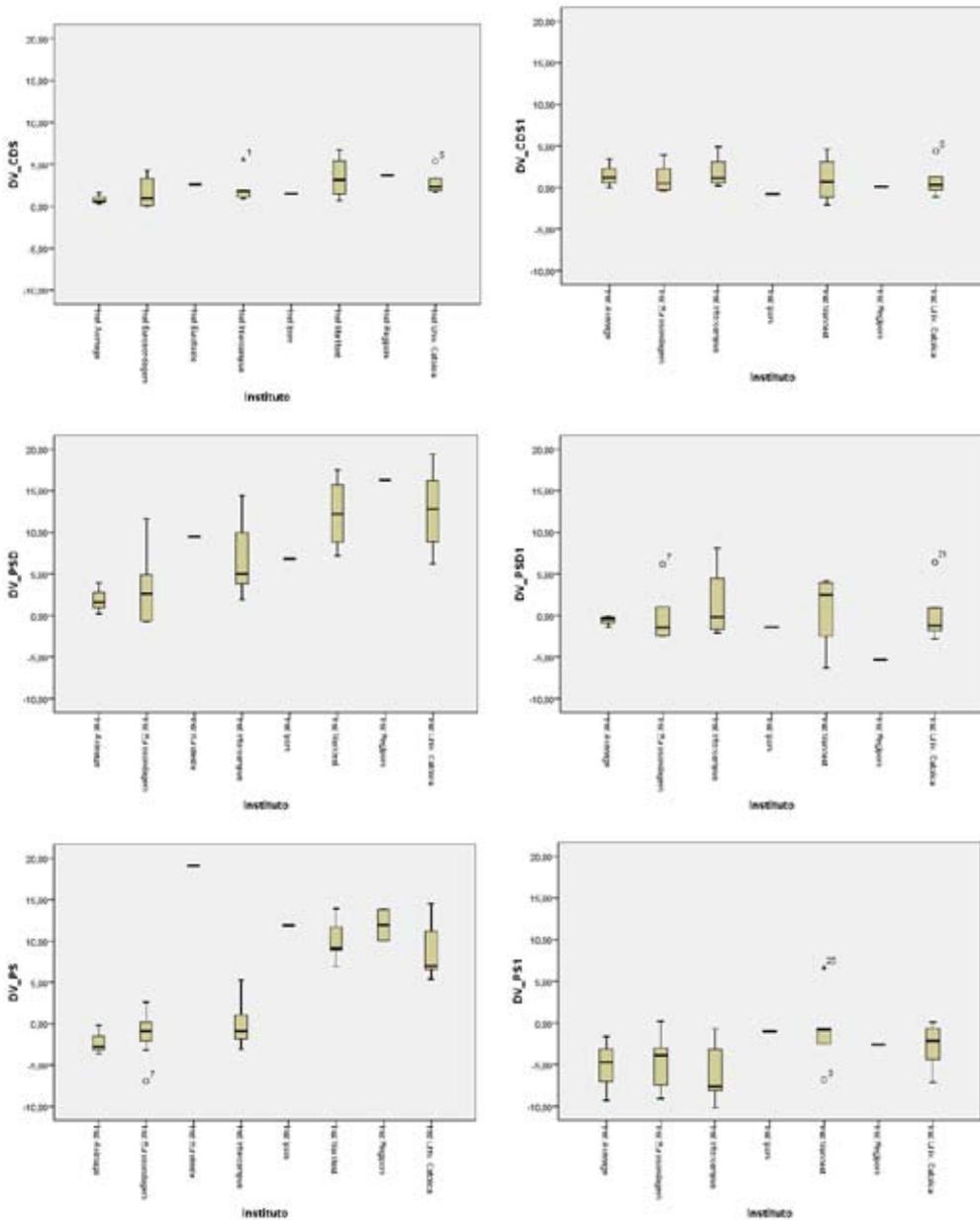
1. Definição do universo (ponto 7.1 da Ficha técnica);
2. Dimensão da amostra obtida (ponto 8.1 da Ficha técnica);
3. Distribuição geográfica dos inquiridos (ponto 8.2 da Ficha técnica) e seu desvio face ao universo;
4. Composição da amostra (ponto 8.3 da Ficha técnica) e seu desvio face ao universo;
5. Procedimentos de amostragem utilizados (ponto 9.1 da Ficha técnica);
6. Método de selecção dos indivíduos (ponto 9.3.2 da Ficha técnica);
7. Técnica utilizada na recolha, qualquer que seja a sua natureza (ponto 11.1 da Ficha técnica);
8. Data(s) em que ocorreu a recolha de informação (ponto 11.2 da Ficha técnica);
9. Caracterização da Recolha de Informação (ponto 11.3 da Ficha técnica);
10. Métodos de inspecção e percentagem de entrevistas inspeccionadas (ponto 11.4 da Ficha técnica);
11. Taxa de resposta obtida (ponto 11.5 da Ficha técnica);

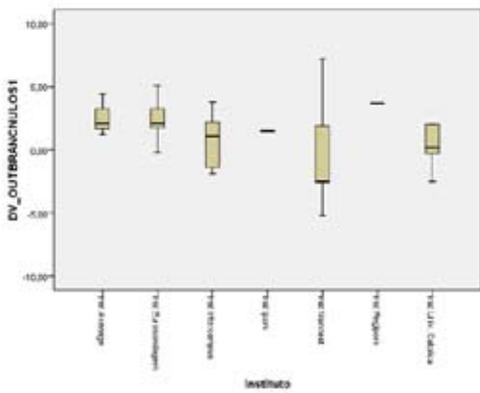
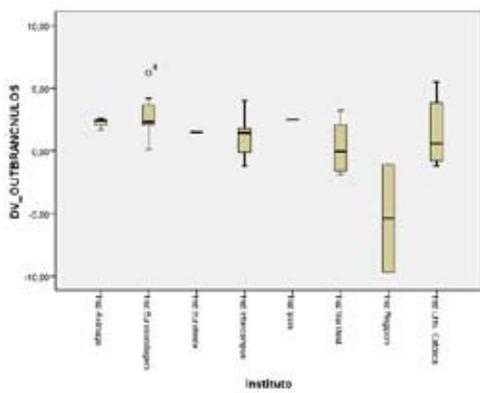
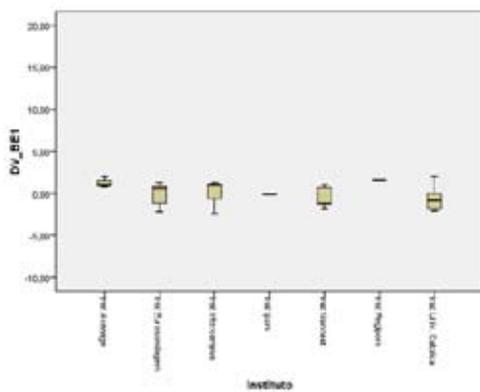
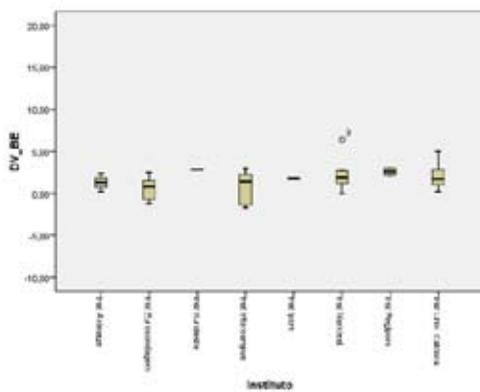
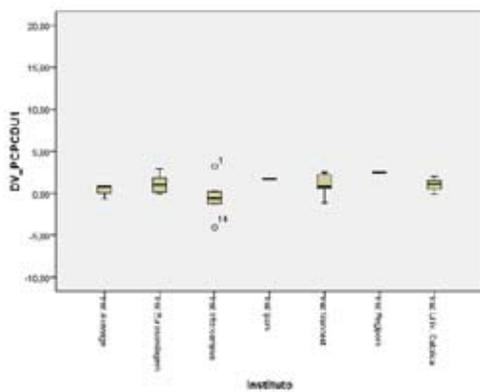
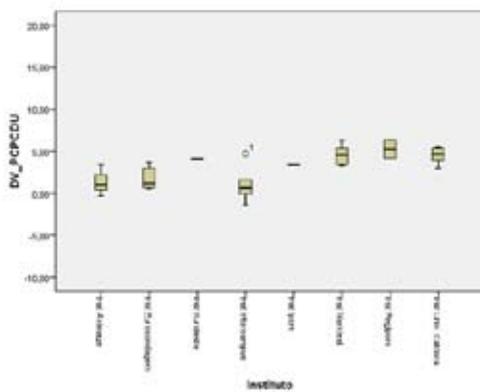
12. Variáveis de ponderação, coeficiente máximo e coeficiente mínimo (ponto 12. da Ficha técnica);
13. Resultados anteriores a qualquer distribuição de indecisos, não votantes e abstencionistas (ponto 13.1 da Ficha técnica), por técnica de recolha;
14. Texto integral das questões e/ou documentos apresentados (Anexo 3 da Ficha técnica).

9. ANEXO

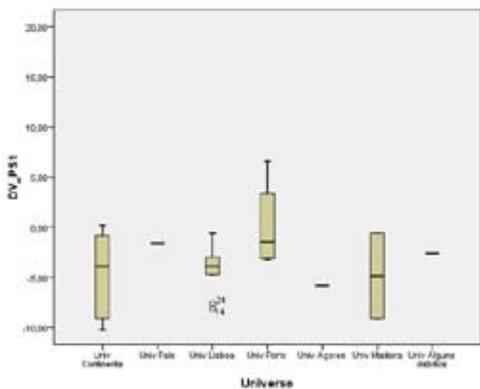
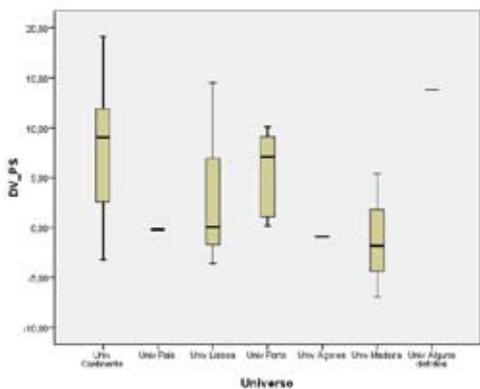
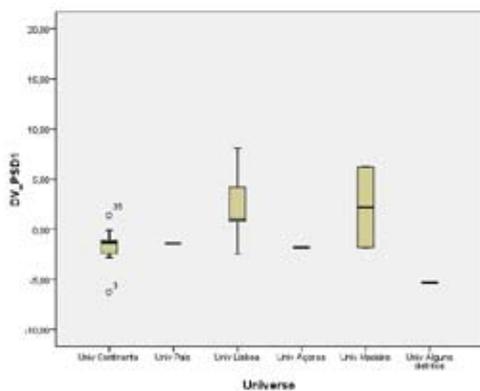
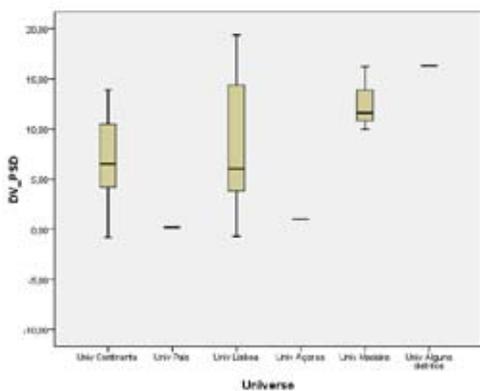
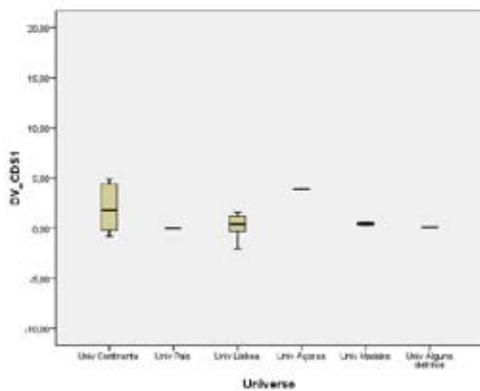
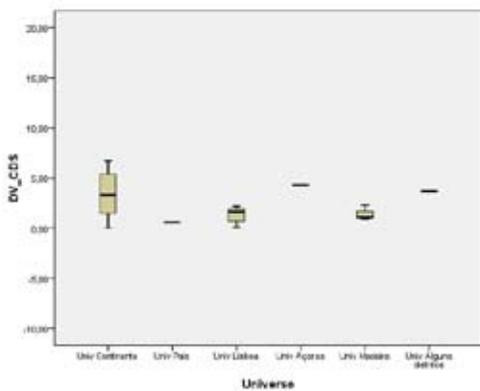
Diagramas de caixa e bigodes dos desvios brutos (esquerda) e finais (direita) por partido, por diversos aspectos.

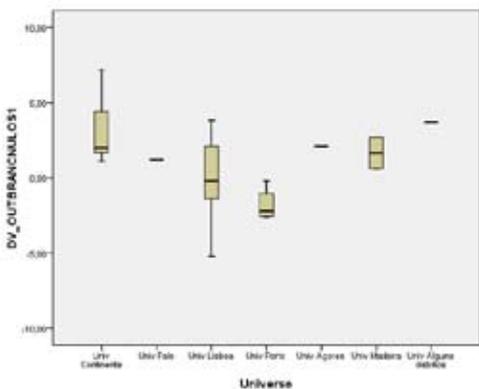
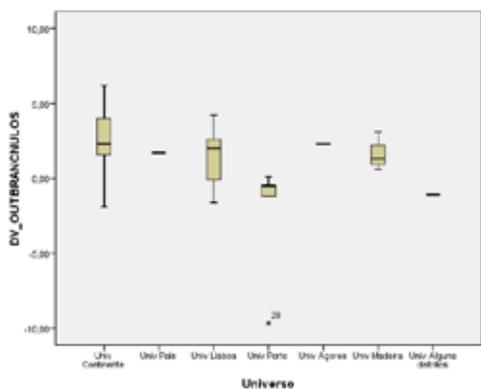
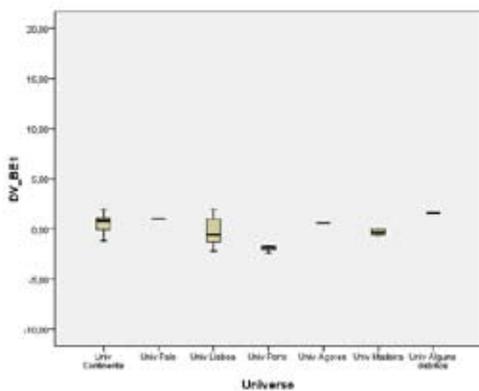
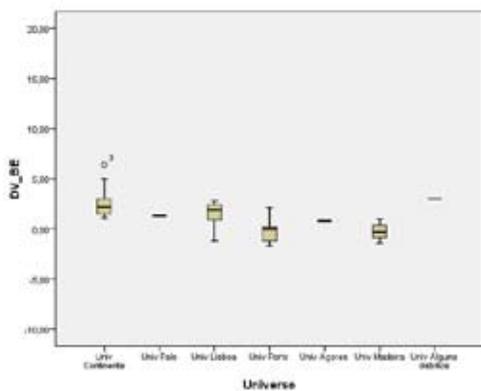
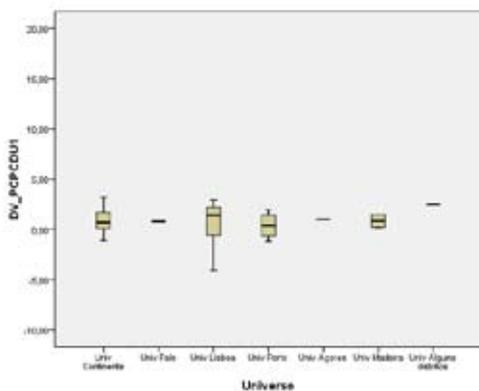
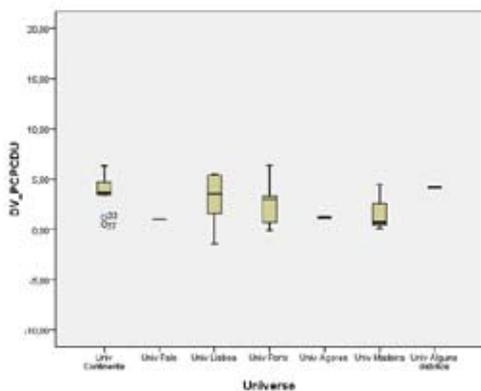
Por Instituto



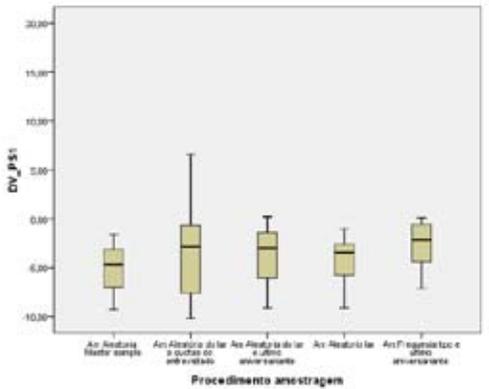
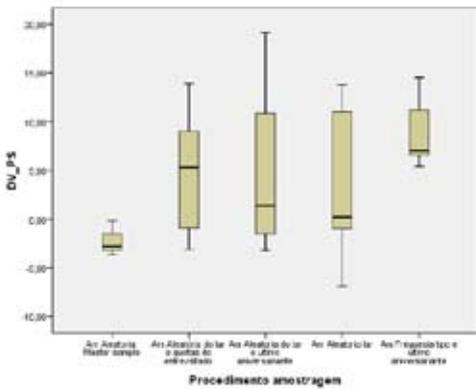
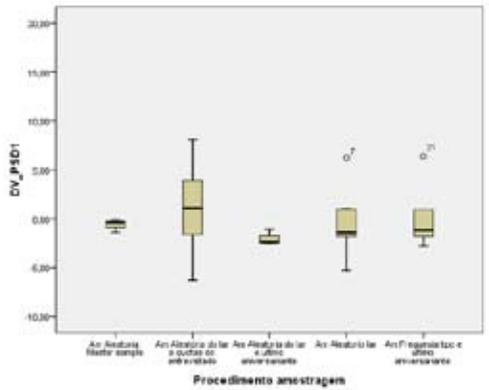
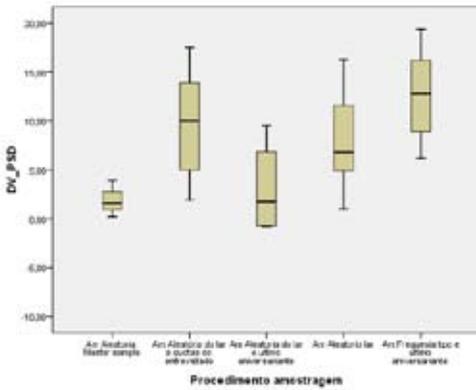
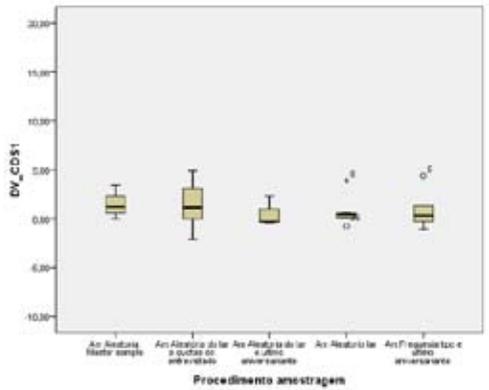
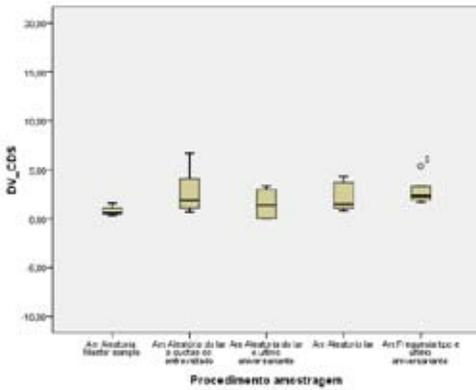


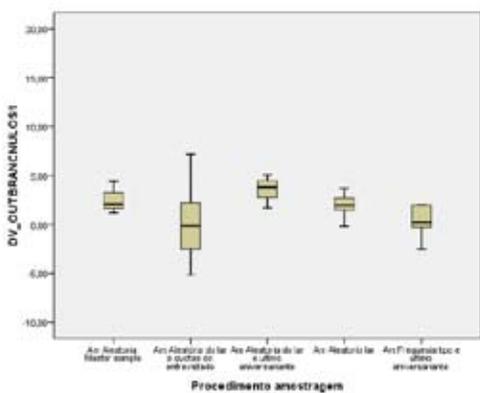
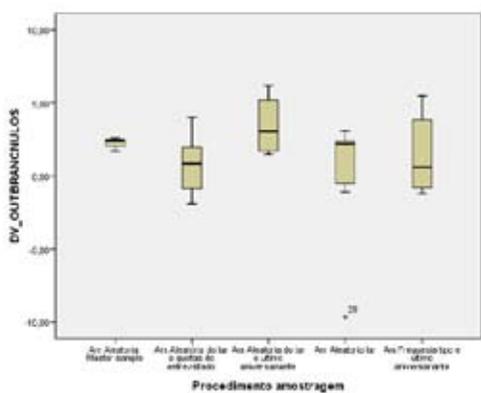
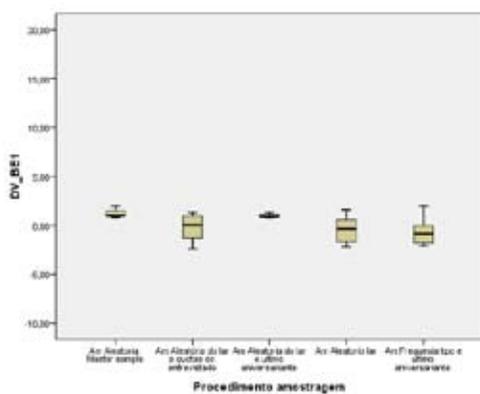
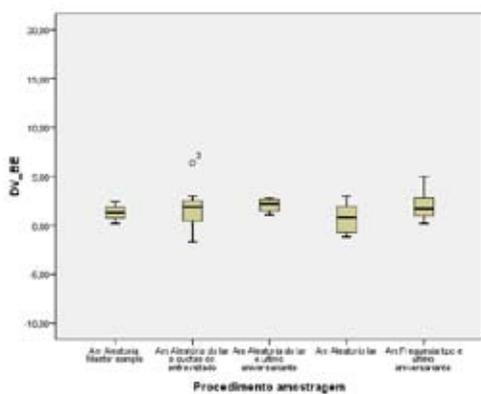
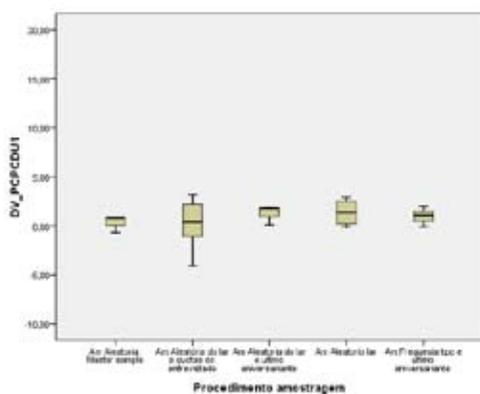
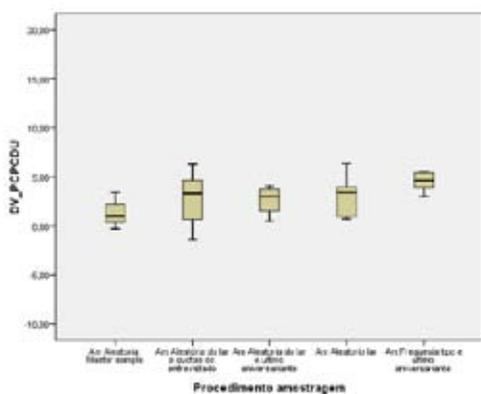
Por Universo:





Por Procedimento de Amostragem:





Por Técnica de recolha:

